



Relatório Anual 2021

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

Organização social supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI

Relatório Anual 2021



Brasília, DF
2021

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)

Organização social supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI)

Diretor-Presidente

Marcio de Miranda Santos

Diretores

Regina Maria Silverio

Luiz Arnaldo Pereira da Cunha Junior

Composição do Conselho de Administração em 2021

ABC

Titular: Glaucius Oliva – Presidente

Suplente: Álvaro Toubes Prata (16/12/2021 - Indeterminado)

MEC

Titular: Cláudia Mansani Queda de Toledo (18/05/2021 – Indeterminado)

Suplente: Eduardo Gomes Salgado (14/09/2021- Indeterminado)

Titular: Benedito Guimarães Aguiar Neto (01/10/2020 – 18/05/2021)

Suplente: Tomás Dias Sant`ana (13/10/2020 – 14/09/2021)

MCTI

Titular: Paulo César Rezende de Carvalho Alvim (10/12/2019 – Indeterminado)

Suplente: Alexandre Augusto Villain da Silva (15/09/2020 – Indeterminado)

MCTI

Titular: Marcelo Gomes Meirelles (01/02/2021 – Indeterminado)

Suplente: Carlos Alberto Fernandes (01/02/2021 – Indeterminado)

MCTI/CNPq

Titular: Evaldo Ferreira Vilela (19/05/2020 – Indeterminado)

Suplente: Maria Zaira Turchi (23/09/2021 – Indeterminado)

Suplente: Fábio Eduardo Madioli (19/05/2020 – 23/09/2021)

MCTI/FINEP

Titular: Waldemar Barroso Magno Neto (20/02/19 – Indeterminado)

Suplente: Otavio Augusto Burgardt (16/11/2021 – Indeterminado)

Suplente: Alberto Pinheiro Dantas (21/05/19 – 16/11/2021)

SBPC

Titular: Renato Janine Ribeiro (31/08/2021 – Indeterminado)

Titular: Ildeu de Castro Moreira (05/12/18 – 31/08/2021)

Suplente: Fernanda Antonia da Fonseca (05/12/18 – Indeterminado)

CNA

Titular: Alysson Paulinelli (24/02/10 – Indeterminado)

Suplente: vago

CNI

Titular: Rafael Esmeraldo Lucchesi (24/01/10 – Indeterminado)

Suplente: Gianna Sagazio (27/02/18 – Indeterminado)

SEBRAE/DIEESE

Titular: Hulda Oliveira Giesbrecht – SEBRAE (18/02/2020 – 30/06/2024)

Suplente: Nelson de Chueri Karam – DIEESE (25/05/18 – 30/06/2024)

Representação definida de acordo com o Art. 20 combinado com o Art. 55 do novo Estatuto do CGEE, aprovado em 22/10/2020.

CONFAP/CONSECTI

Titular: Odir Antonio Dellagostin – CONFAP (12/02/2021 – 30/06/2022)

Suplente: Luís da Cunha Lamb – CONSECTI (04/07/2020 – 30/06/2022)

Representação definida de acordo com o Art. 20 combinado com o Art. 55 do novo Estatuto do CGEE, aprovado em 22/10/2020.

ANPROTEC/FOPROP

Titular: Jardel Pauber Matos e Silva – ANPROTEC (19/05/2020 – 30/06/2022)

Suplente: Carlos Henrique de Carvalho – FOPROP (19/05/2020 – 30/06/2022)

Representação definida de acordo com o Art. 20 combinado com o Art. 55 do novo Estatuto do CGEE, aprovado em 22/10/2020.

ANPEI/ABIPTI

Titular: Rafael Correa Fabra Navarro – ANPEI (15/09/2020 – 30/06/2024)

Suplente: Jorge Augusto Callado Afonso – ABIPTI (04/07/2020 – 30/06/2024)

Representação definida de acordo com o Art. 20 combinado com o Art. 55 do novo Estatuto do CGEE, aprovado em 22/10/2020.

REPRESENTANTE DOS ASSOCIADOS

Titular: Guilherme Ary Plonski (11/12/2018 – 30/06/2022)

Suplente: Carlos Alberto Schneider (11/12/2018 – 30/06/2022)

Representação definida de acordo com o Art. 20 combinado com o Art. 55 do novo Estatuto do CGEE, aprovado em 22/10/2020.

SUMÁRIO

Apresentação	7
A Organização Social em 2021	9
Situação dos Projetos e Atividades constantes do Plano de Ação 2021 do Contrato de Gestão	13
Contratos Administrativos	15
Eventos 2021.....	20
Relatório Administrativo e Financeiro Anual – 2021	26
Receitas.....	27
Dos Recursos dos Contratos Administrativos	27
Das Deduções sobre os Recursos dos contratos administrativos - Faturados.....	28
Dos Recursos do Contrato de Gestão.....	29
Dos Recursos de Aplicações Financeiras e Outras Receitas.....	30
Da Consolidação das Receitas e deduções	30
Dispêndios	31
1. Pessoal e encargos	31
2. Consultoria externa	31
3. Eventos de mobilização de competências	31
4. Manutenção administrativa	31
5. Outras despesas operacionais	32
Despesas financeiras, impostos, taxas, provisões para perdas, provisões para riscos fiscais, entre outras.	32
6. Depreciação e amortização	32
7. Investimentos.....	32
Dos dispêndios realizados em 2021.....	32
Do resultado do exercício e acumulado – superávit / déficit.....	32
Demonstrativo consolidado do resultado do exercício, por tipo de contrato	33
Da movimentação financeira dos recursos	34
Da evolução dos números	35
Anexos.....	36

Apresentação

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos chega ao final de 2021 com resultados positivos na direção do seu fortalecimento do como organização relevante do SNCTI, em um ano em que celebrou os seus 20 anos de existência. Uma jornada que contou com o apoio de muitas pessoas e instituições que contribuíram para que o Centro seja percebido como uma instituição provedora de inteligência nas áreas de ciência, tecnologia, inovação e educação, em uma parceria que se fortalece entre a Organização Social e a União, no âmbito do Contrato de Gestão, assim como aquelas oriunda contratos administrativos celebrados com entes nacionais e internacionais.

Atuando, ainda, sob as novas condições de teletrabalho provocadas pela pandemia, este relatório resume as ações conduzidas no âmbito do Contrato de Gestão, com destaque para: i) apoiar a implantação da Política Nacional de Inovação (PNI) por meio do apoio técnico aos seus mecanismos de governança coordenados pelo MCTI; ii) ampliar, significativamente, as áreas de observação sistemática da evolução da ciência e da tecnologia no Brasil e no mundo, além das relações entre formação de recursos humanos e empregabilidade com foco nos impactos das novas tecnologias no mercado de trabalho presente e futuro; iii) apoiar o programa espacial brasileiro na identificação de tecnologias de interesse para as instituições nacionais que atuam nessa área; iv) dar continuidade ao apoio ao MCTI no fortalecimento das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais vinculadas ao ministério; v) a identificação e descrição de novos formatos para o financiamento da CT&I nacional, com foco em fontes de financiamento extraorçamentárias; vi) apoiar o MEC no desenvolvimento de um plano nacional de ensino à distância, com o envolvimento de especialistas em educação e se valendo de experiências relevantes de instituições de ensino do exterior; vii) a entrega do mapa setorial da conectividade à Internet para o MCOM; e viii) a continuidade dos trabalhos de modernização administrativa do CGEE, com ênfase para a digitalização de todos os processos administrativos da casa.

Importante mencionar as iniciativas lideradas pelo MCTI de engajamento do CGEE no provimento de insumos técnicos para os Comitês Gestores do Fundos Setoriais e para as Câmaras Temáticas do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia – CCT, ambas iniciativas fortemente ligadas à missão e aos objetivos institucionais do Centro.

Nesse Relatório, ficam claramente demonstradas a importância e as razões pelas quais o fomento do poder público ao CGEE, por meio do Contrato de Gestão, permite que outras instituições, públicas e privadas, busquem no Centro insumos para os seus trabalhos. Competências internas são desenvolvidas, ganham experiência e se destacam nos cenários nacional e internacional, neste caso a partir dos contratos celebrados pelo CGEE com instituições das Nações Unidas (PNUMA e PNUD), com as implementadoras do Programa Euroclima+ (GIZ e CEPAL) e com a Adam Smith, por intermédio do governo Britânico.

Mais uma vez, agradecemos aos colaboradores do CGEE pelo esforço que demonstraram no enfrentamento das dificuldades trazidas pela pandemia, não deixando de entregar aos nossos clientes, com alta qualidade, todos os compromissos assumidos. Os resultados obtidos nos planos orçamentário e financeiro do Contrato de Gestão não deixam margem para se questionar o permanente apoio recebido do MCTI e do MEC ao CGEE. Oportunidade, também, para agradecer aos membros da alta administração de ambos ministérios e às suas equipes técnicas e administrativas.

Por fim, nossa expectativa é que a leitura deste Relatório aumente a percepção de tomadores de decisão sobre a importância do Centro para o SNCTI, com foco na condução de atividades de natureza estratégica e relevantes para a expansão do conhecimento científico e tecnológico e para a geração de riqueza e bem-estar da sociedade brasileira resultantes do fortalecimento da inovação nas empresas.

Marcio de Miranda Santos
Diretor-Presidente do CGEE

A Organização Social em 2021

O CGEE deu sequência aos seus trabalhos em 2021 ainda sob o regime de teletrabalho, incorporando todo o aprendizado ocorrido em 2020 nessa modalidade de forma a, mais uma vez, não comprometer o atingimento das metas pactuadas junto ao Órgão Supervisor do Contrato de Gestão (MCTI) e ao MEC, interveniente no Contrato. Vale mencionar que a avaliação do desempenho do Contrato de Gestão em 2020 mereceu Nota 10 da Comissão de Acompanhamento e Avaliação, mesmo com as equipes trabalhando a partir das suas residências em função da pandemia.

Foi um ano de permanente diálogo entre a diretoria do Centro e as altas administrações do MCTI e do MEC, processo que perdurou até os últimos dias do ano, com resultados positivos e que apontam para: i) a garantia de recursos financeiros repassados ainda em 2021 para os compromissos assumidos ao longo do ano; ii) a segurança orçamentária firmada em aditivos ao Contrato de Gestão para a sequência dos trabalhos pactuados que se propagam em 2022; e, mais importante, iii) a certeza de que a atuação do Centro atende aos objetivos para o qual foi criado, produzindo insumos técnicos de alto nível para a tomada de decisão em ciência, tecnologia, inovação e educação para o aprimoramento do SNCTI.

Nesse contexto, muito importante destacar as decisões tomadas pela alta administração do MCTI no retorno do envolvimento do CGEE nas deliberações do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT) e dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais, ambas as situações financiadas a partir do constante de Carta Proposta apresentada pelo Centro, discutida com o MCTI, aprovada pelo Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Inegavelmente, são decisões que encontram no Centro a qualificação das suas equipes e sua capacidade operacional para prover esse tipo de assistência em caráter permanente.

Chama-se a atenção, no entanto, para a necessidade de se recompor a Reserva Técnica em níveis compatíveis com o tamanho da operação que se verifica atualmente no CGEE, conforme disposto em decisão do Conselho de Administração, o que ainda não foi possível se conseguir, ainda que seja de vontade e orientação

da alta administração do MCTI e da diretoria do Centro perseguirem esse objetivo nos próximos anos.

Projetos e Serviços em andamento, assim como os novos introduzidos em aditivos firmados ao final do ano, seguem na direção de manter o sentido estratégico do CGEE nas suas áreas de atuação. Com destaque para:

- i) o lançamento da plataforma do Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação (OCTI) na Internet, com os primeiros panoramas da produção científica do Brasil e do mundo a partir de fontes de informação internacionais de alta qualidade. Um passo importante para a gestão do SNCTI em áreas prioritárias;
- ii) a continuidade do apoio à **Gestão** estratégica do SNCTI, em particular para a geração de subsídios técnicos para a Câmara de Inovação, órgão de governança da Política Nacional de Inovação composto por 11 ministérios, que deram origem ao plano de ação da Estratégia Nacional Inovação e estudos realizados para acelerar a transformação digital no Brasil a partir de quatro verticais: saúde; agropecuária; indústria; e cidades inteligentes, sustentáveis e turismo), além do apoio técnico para a elaboração da proposta da Estratégia Brasileira para Transformação Digital - E-digital;
- iii) a ampliação do rico conjunto de informações sobre formação e emprego no País em nova apresentação na web das informações providas pelo Observatório de Recursos Humanos para a CTI (RHCTI);
- iv) a continuidade do apoio do CGEE às unidades vinculadas ao MCTI, unidades de pesquisa e organizações sociais, na busca do fortalecimento do sistema por elas formado, com trabalhos sendo executados com uma maior sinergia e coordenação geral, dentro das suas missões institucionais;
- v) o mapa setorial da conectividade à Internet no território nacional, uma demanda do MCOM dentro do Contrato de Gestão;
- vi) os esforços na direção da institucionalização do Programa CDR junto ao MEC, com a apresentação ao final do ano de uma proposta de programa

elaborada com base nas atividades conduzidas nos últimos anos em seis experiências piloto;

- vii) o apoio técnico prestado à SESu/MEC na elaboração participativa do Plano Nacional de Ensino à Distância nas Instituições de Ensino Superior federais, entregue ao final do ano para este ministério;
- viii) a realização do Seminário Internacional para discutir a criação do Laboratório Nacional de Máxima Contenção Biológica (LNMCB), entre os dias 9 e 11 de março, uma infraestrutura indispensável para a soberania e alcance da pesquisa científica e tecnológica nacional;
- ix) As tratativas orientadas para a criação do Observatório de Bioeconomia, em fase final de desenvolvimento em articulação com o MCTI e parceiros no Brasil e no exterior;
- x) O apoio técnico do Centro para a criação e lançamento da plataforma INVESTMCTI em evento online transmitido pelo canal no Youtube deste ministério em 05 de outubro de 2021, um instrumento que estabelece um canal de comunicação e oferta de conteúdo e serviços para os detentores de recursos financeiros privados, nacionais e estrangeiros, interessados em investir e financiar projetos propostos por entes do ecossistema de CT&I nacional, principalmente pelas vinculadas ao MCTI;
- xi) o aumento das sinergias entre as diversas equipes do Centro, em particular com a Coordenação de Tecnologia de Informação, para fins do desenvolvimento colaborativo e uso mais generalizado de métodos e ferramentas analíticas nos projetos e serviços conduzidos pelo CGEE; e
- xii) os trabalhos de gestão da Política de Qualidade do Centro, com consequente manutenção da certificação ISO 9001 para o ciclo de projetos conduzidos pelo Centro, uma credencial importante para aqueles que buscam os trabalhos do CGEE, dentro e fora do âmbito do Contrato de Gestão;

Novamente, o Órgão Supervisor (MCTI) comunicou à direção do CGEE que a renovação do Contrato de Gestão não seria realizada em 2021, ainda que não se identificassem razões além do plano operacional, no âmbito desse ministério e do MEC, para que isso não pudesse acontecer. O ano exigiu da administração de

ambos ministérios, junto com a do CGEE, esforços dedicados à elaboração, proposição e negociação de 4 termos aditivos com o MCTI (um deles, o 30º, de prorrogação do prazo do Contrato de Gestão) e dois com o MEC. Vale mencionar que, nesse contexto operacional assim como aquele criado pela pandemia, não foi possível se discutir e implantar o Conselho Consultivo trazido pelo novo Estatuto do CGEE, desenhado para trazer para perto da direção do Centro o aconselhamento de especialistas nas suas áreas nodais de atuação.

Situação dos Projetos e Atividades constantes do Plano de Ação 2021 do Contrato de Gestão

A tabela a seguir apresenta a situação dos Projetos e Atividades, constantes do Plano de Ação 2021 do Contrato de Gestão, em 31 de dezembro deste ano.

Projetos e Atividades	Situação
Linha de Ação 1: Estudos, Análises e Avaliações	
Estudo de rotas tecnológicas aplicadas a Tecnologias Estratégicas	Andamento
Evolução do Mapa da Conectividade em Território Nacional	Andamento
Informação Estratégica para o Programa de Computadores para Inclusão	Andamento
Conectividade no Campo	Andamento
Elementos técnicos em CT&I para o planejamento de grandes regiões metropolitanas	Andamento
Desenvolvimento tecnológico e mercado de trabalho	Andamento
Mapa setorial da conectividade em território nacional	Concluído
Atividade - Subsídios para a formulação e avaliação de programas estratégicos na área de educação	Andamento
Linha de Ação 2: Articulação	
Subsídios para a Elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Equilibrado - PNDE	Andamento
Subsídios técnicos para a implantação de centros para o desenvolvimento de tecnologias aplicadas	Concluído
Subsídios para o monitoramento e a avaliação do Programa Ciência na Escola	Andamento

Subsídios para a criação do programa de Centros de Desenvolvimento Regional - CDR	Andamento
Mapa da Educação Superior no Brasil	Concluído
Atividade - Apoio Técnico ao Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT)	Andamento
Atividade - Inserção do CGEE em agendas internacionais	Andamento
Linha de Ação 3: Apoio Técnico à Gestão Estratégica do SNCT&I	
Subsídios para a modelagem de um núcleo de Inteligência Estratégica Agropecuária	Andamento
Subsídios para a elaboração de Política Nacional de Infraestrutura da Qualidade e modelo de governança do CONMETRO	Andamento
Inovação para o desenvolvimento nacional: subsídios técnicos para políticas públicas	Concluído
Subsídios para a criação, construção e implantação de laboratório de biossegurança nível 4 no Brasil	Andamento
Arquitetura digital de inteligência de negócios do MCTIC	Andamento
Atividade - Subsídios Técnicos para a Gestão Estratégica do SNCT&I	Andamento
Atividade - Notas Técnicas	Andamento
Atividade - Reuniões de Especialistas	Andamento
Linha de Ação 4: Disseminação da Informação em CT&I	
Pensar Alcântara 2040	Andamento
Atividade - Produção e disseminação de informação	Andamento
Linha de Ação 5: Desenvolvimento Institucional	
Atividade - Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação	Andamento
Atividade - Desenvolvimento de competências e ferramentas em prospecção, avaliação estratégica, gestão da informação e do conhecimento	Andamento

Contratos Administrativos

Destacaram-se, também, os trabalhos conduzidos no âmbito de contratos administrativos assinados com integrantes do SNCTI. Os resumos das principais ações conduzidas em 2021 são apresentados abaixo.

Observatório de Inovação para Cidades Sustentáveis – GEF PNUMA

Ao longo de 2021, a plataforma do Observatório de Inovação para Cidades Sustentáveis (OICS) assumiu o compromisso de atingir o público-alvo do projeto por meio da articulação com entidades municipais, realização de eventos de divulgação e capacitação, desenvolvimento de conteúdos técnicos de apoio ao planejamento urbano, além de sua evolução constante. Em relação ao desenvolvimento de ferramentas, o OICS apresentou uma nova etapa do sistema de informação geográfica que permite ao usuário interagir com um MAPBOT que lidera a busca de soluções e estudos de caso, com base na localização do usuário, além dos painéis de visualização de dados disponibilizados pela plataforma. O sistema de login (com três tipos de perfis: sociedade civil, setor público e setor privado) também foi introduzido no período, tendo como principal função permitir a inclusão de novas soluções e estudos de caso dos usuários. Sobre o conteúdo das soluções, foi desenvolvida e validada uma metodologia de avaliação do seu conteúdo, atendendo às recomendações de médio prazo do projeto. Uma primeira etapa de avaliação do conteúdo apresentado pela OICS ocorreu durante o semestre em um ciclo de seis oficinas com especialistas. Nesse período, o OICS realizou: dois webinars sobre mobilidade e tipologias para cidades; o IV Seminário Internacional de Soluções Baseadas na Natureza (SbN); um workshop sobre SbN e outro sobre as ferramentas desenvolvidas para a plataforma. Vale destacar a participação do OICS na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-26) e na Feira Latino-Americana de Negócios do Clima (organizada pelo Carbon Disclosure Project - CDP), eventos que atingiram mais de 1.300 visualizações no ano. Por conta da pandemia, as visitas técnicas previstas foram realizadas digitalmente, apresentando soluções inovadoras para o público-alvo e parceiros do projeto em duas edições em 2021 (Missão Técnica Virtual em Anápolis e Missão Técnica Virtual no Rio de Janeiro

e Niterói). Em termos de articulação, o OICS esteve em contato com o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) para alinhamento de ações, tendo o MDR como parceiro no Seminário SbN, além dos contatos com a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) para a assinatura de acordos de cooperação que irão potencializar as ações do observatório com os municípios brasileiros. No segundo semestre de 2021 foram firmados acordos de cooperação com o CDP e a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT). Um passo importante para a divulgação do OICS ao público-alvo foi o estabelecimento de um plano de trabalho com o Programa Cidades Sustentáveis (PCS), dentro do qual o OICS apresentou suas ferramentas em reuniões organizadas pelo PCS com municípios do estado do Paraná. Além disso, o OICS apresentou uma estratégia de ação que inclui contato direto com um grupo de 100 municípios brasileiros, divulgando conteúdos sobre os seis temas mapeados e capacitando gestores para utilização do SIGWeb desenvolvido pelo OICS, que permite o cruzamento de dados biogeofísicos, indicadores validados para cada um dos temas e busca de soluções de acordo com a localização e o desafio indicado pelo usuário.

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene - PNUD

O projeto Sudene teve início em 2019 com a assinatura da Carta de Acordo 17/019 entre PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), a Sudene e o CGEE. Teve como objetivo apoiar a Superintendência no aprimoramento do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) e dotar a instituição dos meios e ferramentas para o monitoramento e a avaliação dos resultados e impactos das suas atividades. Inicialmente, o projeto previa 20 Produtos distribuído em três trilhas: (1) Elaboração e revisão do PRDNE; (2) Articulação, e (3) Inteligência, tendo como elementos principais a ciência, a tecnologia e a inovação, que permeavam os 6 eixos estratégicos do PRDNE (Inovação; Educação e desenvolvimento de capacidades humanas; Dinamização e diversidade produtiva; Desenvolvimento social e urbano; Segurança hídrica e conservação ambiental; e Desenvolvimento Institucional). Os primeiros meses de 2021 foram ocupados com as tratativas de alinhamento do escopo dos produtos previstos em reuniões técnicas realizadas entre a SUDENE, o

PNUD e o CGEE, com o intuito de adequar as demandas à realidade da pandemia e atender as expectativas manifestadas por essa Superintendência. A somatória da permanência da pandemia da COVID-19, impossibilitando a realização treinamentos presenciais, as dificuldades em fechar um entendimento comum sobre o melhor escopo a ser então conduzido, levaram à decisão conjunta de suprimir alguns produtos da Carta de Acordo. Assim, o 2º termo aditivo foi assinado em julho, tendo como objetivo a redução do escopo da Carta de Acordo, com o compromisso de entrega de somente 12 produtos dos 20 inicialmente contratados ao CGEE. Nesse aditivo foram incorporadas modificações ao Produto 6 (P6), que tinha como escopo a construção de um relatório com recomendações para a revisão do PRDNE. A partir de então foi elaborado e aprovado um novo Plano de Trabalho para o desenvolvimento do projeto. O P6 foi entregue em outubro e aprovado pela Sudene sem ressalvas. O Produto 15 (P15), que tinha como objetivo desenvolver uma metodologia de monitoramento dos programas e projetos do PRDNE, incluindo a formação de uma cesta de indicadores que permitissem dimensionar e equacionar suas metas, foi igualmente entregue em dezembro, após revisão solicitada pela Sudene. Ainda em 2021 foi formalizado o 3º aditivo à Carta de Acordo com o objetivo de suprimir o Produto 4, em consenso entre as partes, concluindo-se, assim, o projeto e encerrando-se a Carta de Acordo.

Plataforma de Inovação em Energia - Adam Smith International

O projeto Plataforma de Inovação em Energia (EIP) teve seu marco inicial dezembro de 2020 com a participação de representantes do CGEE, executor do projeto, da Adam Smith International (ASI), contratante do projeto, e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), principal beneficiária do projeto. Inicialmente, o projeto EIP foi composto por dois eixos. O Eixo 1 proporcionou o desenvolvimento de uma plataforma de dados de inovação em energia, finalizada com o treinamento e transferência de tecnologia para a EPE. A entrega da versão final da plataforma para a EPE resultou de um processo que consistiu em três macro-etapas: i) entrega do documento "Arquitetura de dados e informação e esboço do website", contendo o registro do levantamento de requisitos funcionais e não-funcionais da plataforma, além de uma apresentação da arquitetura do sistema; ii) desenvolvimento de protótipos da plataforma para validação das especificações e requisitos levantados

na primeira etapa e para definições do design da página web. Esse produto contém o registro dos protótipos das interfaces e a validação da EPE dos serviços prestados até aquele momento e apresenta também uma transcrição detalhada e customizada para a realidade brasileira do manual de P&D da Agência Internacional de Energia (em inglês, IEA); iii) consolidação da versão final da plataforma, que teve como marco de encerramento a apresentação aos usuários internos com a plataforma já instalada no ambiente digital da EPE. Ainda no âmbito do eixo 1, por solicitação da ASI, foi realizada uma apresentação da plataforma para a equipe da Embaixada Britânica. O eixo 2 consistiu na produção de um documento refletindo as etapas seguintes dessa fase: i) na etapa inicial foi realizado um levantamento de necessidades de informações dos agentes do sistema nacional de inovação em energia (SNI-E), por meio da realização de entrevistas com partes interessadas públicas e privadas; ii) a segunda etapa do eixo 2 consistiu no estudo de metodologias e métodos para a construção de indicadores de inovação com foco no setor energético; iii) na etapa final os resultados preliminares do estudo foram apresentados na "Oficina Indicadores de Inovação em Energia" que contou com a participação de mais de 50 representantes de instituições que fazem parte do SNI-E, tais como MME, MCTI, ANEEL, ANP, ONS, FINEP, EMBRAPPII, IBGE, UNIFEI, UNESP, entre outras, incluindo a IEA. Essa etapa teve como objeto a consolidação do relatório "Metodologia e ferramentas para monitorar indicadores selecionados de inovação energética", que apresentou todo o trabalho técnico de pesquisa e investigação sobre indicadores de inovação com recorte para o setor de energia. A plataforma inova-e, desenvolvida no primeiro semestre de 2021, foi lançada em evento organizado pela EPE, que hospeda a plataforma inova-e, com participação do MME e várias entidades nacionais, da Cepal, da ASI, da Embaixada Britânica, da IEA, e do CGEE. No segundo semestre de 2021 foi dada continuidade ao projeto EIP com a realização da sua segunda fase - EIP 2, durante a qual foram produzidos três relatórios de progresso e desenvolvida ferramenta para automatizar etapas do fluxo de coleta, tratamento e carga (ETL, na sigla em inglês) de dados que alimentam a plataforma. Em dezembro foi realizada reunião de encerramento entre as equipes do Programa Brasileiro de Energia do Reino Unido (BEP/UK, sigla em inglês), da EPE e do CGEE para discutir recomendações para o aprimoramento das bases de dados sobre os projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em energia no Brasil.

Energy Big Push 2.0 – EBP 2.0 - Impulsionando a inovação para a transição energética sustentável no Brasil – GIZ Euroclima

O Projeto Energy Big Push 2.0 visa a construção de uma plataforma de dados e informações para prover conhecimento e inteligência em apoio à tomada de decisão em CTI na área de energia. No final de 2020 o CGEE recebeu a comunicação do MCTI da aprovação da proposta do Projeto para receber apoio do Programa Euroclima+, por solicitação deste ministério e do MME. No início do ano de 2021 foram realizadas reuniões de trabalho com o Euroclima+, a Delegação da União Europeia no Brasil e a ABC/MRE para sugestão das agências implementadoras. Ficou, assim, estabelecido um valor total para o projeto de EUR 270 mil, assim distribuídos: i) uma subvenção da GIZ no valor de EUR 125 mil, para custo de pessoal próprio; ii) contratações de produtos e serviços a serem realizadas pela CEPAL, no valor de EUR 90 mil; e iii) EUR 55 mil adicionais da GIZ, na forma de assistência técnica ao projeto. O Termo de Referência do projeto, no âmbito do Processo EBP, que tem como objetivo principal apoiar a promoção de mais e melhores investimentos públicos e privados em energias limpas, com ênfase em inovação, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do País. Para tal foram estabelecidos três objetivos específicos: (1) disponibilização em plataforma digital de dados inéditos sobre inovação em energia no Brasil, a partir do desenvolvimento e implementação de processo de priorização de indicadores, coleta, tratamento e visualização de dados e informações originais; (2) desenvolvimento de protótipo de ambiente digital dinâmico, com repertório de provedores de conhecimento e serviços tecnológicos, para proporcionar conexões e oportunidades universidade-empresa, visando acelerar a inovação em soluções energéticas sustentáveis; e (3) estabelecimento de mecanismos de articulação para integrar as partes interessadas e engajar atores no processo, informar a tomada de decisão por meio da elaboração de informes executivos, e ampliar o diálogo sobre a importância da inovação para a transição energética sustentável com a organização de eventos e participação em fóruns nacionais e internacionais. Marco Lógico do projeto foi construído em parceria com a Cepal, que define a cadeia de resultados, os objetivos ou resultados

esperados, indicadores do projeto, e as correspondências com a Matriz Lógica do Euroclima+. Processo de elegibilidade do CGEE para fins de estabelecimento de acordo de subvenção com a GIZ foi concluído com êxito e, a partir daí, foi elaborada a proposta técnica-financeira do Centro para implementação efetiva do projeto em 2022. Merece destaque o recebimento do troféu Pacto pela Infraestrutura Nacional e Eficiência Logística (PAINEL) 2021 do Instituto BESC, onde EPE e CGEE, indicados pelo MME para concorrer, foram selecionados vencedores na categoria Inovação pela realização do Projeto Energy Big Push e da Plataforma Inova-e.

Eventos 2021

Em 2021, o CGEE continuou a realização de seus eventos, principalmente no formato virtual. Com menores custos e com maior número de participantes, os resultados alcançados continuaram a ser satisfatórios, embora a falta de interações presenciais tenha prejudicado a geração de intangíveis indispensáveis à atuação do Centro.

Dentre os muitos eventos organizados pelo CGEE, destacam-se o lançamento do Panorama da Ciência Brasileira: 2015-2020 - 1º Boletim Anual do Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação - OCTI 2020, que contou com quase 400 participantes, e a participação do Centro na 18ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, com o tema “A Transversalidade da Ciência, Tecnologia e Inovações para o Planeta” .

Um subconjunto de eventos é apresentado a seguir, envolvendo a realização de oficinas de trabalho, reuniões e seminários diversos, destacando seus objetivos, número de participantes, instituições envolvidas, além dos locais e datas de realização.

EVENTO	TIPOLOGIA	OBJETIVO	DATA	LOCAL / PLATAFORMA	PARTICIPANTES	Instituição
Seminário Internacional para Coleta de Subsídios para a Construção de Laboratório Nacional de Máxima Contenção Biológica	Seminário	Permitir a coleta de informações para subsidiar a análise de dados e documentos referentes a instalações laboratoriais com máximo nível de biocontenção, bem como às missões técnicas no Brasil e no Exterior que construirão relatório com os requisitos desejados para o laboratório NB-4 brasileiro, com a finalidade de embasar as decisões da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo.	De 09 à 11/03/2021	RNP e Plataforma de Streamer contratada pela Ilha da Imagem	110	CGEE, MD, MCTI, MA, MARINHA, MMA, PRESIDENCIA, MS, IEC, PRESIDÊNCIA, PF, UFV, RNP.
Oficina EIP - Indicadores de Inovação em Energia	Workshop	Reunir especialistas para: I. Apresentar o projeto EIP e os achados do eixo indicadores de inovação em energia; II. Validar as necessidades de informação de partes interessadas e selecionar métricas relevantes; III. Trocar experiências sobre metodologias de construção e seleção de indicadores de inovação em energia e IV. Discutir boas práticas na coleta e no tratamento de dados;	22 e 24/03/2021	ZOOM	38	CGEE, Adam Smith International, ANEEL, ANP, ASI, Brazil Energy Programme, EMBRAPI, EPE,GESEL/UF RJ, IBGE, IEA, INT,MCTI, MME, NOS, PUC, UFF, UNESP, UNIFEI
Ciclos de Oficinas ODBio: Desafios e Missão da Bioeconomia	Oficina/Workshop	Elaborar subsídios para o desenho da Estratégia de CTI para a Bioeconomia	03/03/2021	ZOOM	75	CGEE, MCTI,14Bisness Consulting, ABBI,ABIFINA, ABTCP, Amazônia 4.0, Biotec, BNDES, CBA, CETENE,CNPEM, CNPq, CNI, CropLife Brasil, EMBRAPA, Essência Processos Participativos, Exchange 4 Change Brasil, FIESP, FINEP, GFI, Green Rio, IBA, INSA, IDSM, Instituto Arapuaú, SENAI, ISI Biomassa, LNBR, MAPA, MDR, ME, Museu Paraense Emilio Goeldi, SECTI, SENAI Biomassa, SENAI CETIQT, UBRABIO, UFRJ, UFCG, UFRJ
Ciclos de Oficinas ODBio: Projetos Estruturantes em Bioeconomia	Oficina/Workshop	Elaborar subsídios para o desenho da Estratégia de CTI para a Bioeconomia	15/03/2021	ZOOM	76	ABBI,ABIFINA/PI Patentes,ABTCP,BNDES,CBA,CETENE,CNPEM,CGEE,CNA,CNPEM,CNPq, CNI, CropLife Brasil, CTI Renato Archer, Embrapa,Essência Processos Participativos, FIESP, Finep,Finep/UF RJ,GFI Brasil,Iba,Ideies, INPA,Instituto Arapuaú / Uma Concertação pela Amazônia,Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá,Instituto de Engenharia,Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Instituto SENAI de Inovação Biomassa,ISI Biomassa,ISI BIOMASSA - SENAI MS, LNBR/CNPEM, MAPA,MCTIC,MDR, MAPA,ME, MDR, SENAI ,SENAI Biomassa,SENAI CETIQT,SENAI DR/MS - ISI Biomassa,UFRJ
Ciclos de Oficinas ODBio: Estratégia de CTI para Bioeconomia	Oficina/Workshop	Elaborar subsídios para o desenho da Estratégia de CTI para a Bioeconomia	29/03/2021	ZOOM	63	14Bisness Consulting, ABBI - Associação Brasileira de Bioinovação Industrial, ABIFINA, Abtcp, Arte da Conversa, BioTec-Amazônia, Braskem . CETENE; CNPEM,CNA.CNI,CTI Renato Archer. Embrapa. Embrapa Agroenergia,Essência Processos Participativos, FIESP, FineP,GFI Brasil,Green Rio,Iba,Ideies/Findes,INPA Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Instituto de Engenharia,Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, LNBio-CNPEM, LNBR/CNPEM, MAPA, MCTI, Ministério da Agricultura, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Ministério da Economia, Museu Paraense Emilio Goeldi, SENAI - Instituto SENAI de Inovação em Biotecnologia, SENAI Biomassa, SENAI MS, UFRJ
Seminário de Avaliação Ação 2	Seminário	Reunião com os coordenadores da ação 2 para apresentação dos projetos e levantamento de dados qualitativos	04/03/2021	RNP	167	CGEE, MCTI

Dia Mundial da Água - Apresentação do Estudo "Índice de Sustentabilidade nas bacias do Paranoá e na micro-bacia-alvo do Descoberto"	Webinar	Lançamento do "Índice de Sustentabilidade de Bacias" nas bacias do Descoberto e Paranoá e na micro-bacia-alvo do Descoberto.	22/03/2021	ZOOM	137	CGEE, ADASA, EMATER/DF, ONG AMIVER, SEMA/DF, Instituto Espinhaço, CITInova/SEMA-DF, CAESB/DF, GAB/SEMA, CIRAT, ANA, SGARS, UNB, SECEDU, IFB,
Webinar Cidades Resilientes: O desafio das Águas"	Webinar	Assinatura do acordo de cooperação com o Grupo O Boticário de Proteção à Natureza e Discutir o tema Cidades Resilientes: o desafio das águas.	25/03/2021	ZOOM e Youtube	52	CGEE, Fundação Grupo Boticário, INEA/RJ, CITInova, MCTI
Semana Mundial da Água.	Webinar	Apresentação das iniciativas do Projeto CITInova/SEMA que tem relação com o tema água.	25/03/2021	ZOOM	63	CGEE, ADASA, EMATER/DF, ONG AMIVER, SEMA/DF, Instituto Espinhaço, CITInova/SEMA-DF,
REPENSAR O AGORA	Webinar	Reunir comunidades do Distrito Federal para debater o cenário que o Brasil e o mundo enfrentam em virtude da Covid-19. O objetivo é levar à população informações seguras sobre a pandemia e propor uma reflexão conjunta sobre os impactos da atual crise na vida profissional, pessoal e emocional de cada cidadão. A conversa será conduzida pela professora de filosofia Lúcia Helena Galvão e pelo empreendedor social Fábio Silva, do movimento Transforma Brasil. O encontro será realizado no próximo dia 15 de abril e poderá ser acompanhado nas plataformas digitais.	15/04/2021	ZOOM	145	CGEE
Bioconexão Urbana: A natureza é a solução	Webinar	Evento em parceria com o Grupo O Boticário: Bioconexão Urbana: A natureza é a solução.	12/05/2021	ZOOM	207	CGEE, Fundação Boticario, TNC, ICLEI, Pacto Global, PBMC, BPBES, WRI BRASIL
Exploração de dados e visualização da informação	Oficina/Worshop	Apresentar ferramentas e metodologias associadas que o CGEE disponibiliza para explorar e visualizar dados, potencializar resultados e compreender o impacto de novas estratégias agregando mais valor aos produtos de projetos.	13/05/2021	ZOOM	48	CGEE
Lançamento Panorama da Ciência Brasileira: 2015-2020 1º boletim Anual Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação- OCTI 2020	Webinar	Lançar o 1º Boletim Anual Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação- OCTI 2020	01/06/2021	ZOOM e Youtube	371	ABDI, ABIPTI, ABIT, ABRASCO, Academia Pernambucana de Ciência, Academic Ventures / Separtec, Administração do Lago Norte GDF/DF - Gerencia de Áreas Rurais, Agência desenvolvimento de Lins -SP, ANFACER, ANPG, Antera Gestão de Recursos, APTA, Arca Multicubadora, Assembleia legislativa SP, Axonal Consultoria Tecnológica, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Basscon, Bio-Manguinhos, BioTec-Amazônia, BMW do Brasil, BNDes, Câmara De Comércio Brasil-Portugal Centro Oeste, Câmara dos Deputados, Câmara Municipal de Cuiabá, Capes, CBC, CBI, CDR-DF, Cecierj, CEFET, CBPF, Centro de Educação Tecnológica - Fundação Indaiatubana de Educação e Cultura, CGEE, Centro de Referência em Informação Ambiental, Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer, UNILINS, Cepal, CETENE/MCTI, CEUB • AR Design, CGBS/MCTI, CITInova/SEMA-DF Clube de Engenharia, CNI, CNM, CNPEM, CNPq, SindGCT, CNRS, Codecipe, Coim Brasil Ltda, Confederação Nacional de Municípios, Conselho de Administração CGEE (ANPROTEC), Consi, Costaleite Perícias, DECFI, Defesa Civil de Belém, Defesa Civil de Belo Horizonte, Defesa Civil de Pernambuco, Delegação da UE no Brasil, DGDNTM, EBSERH, Eletrobras Furnas, Embaixada do Brasil em Berlim, EMBRAPA, EMBRAPPI, Escola Paulista de Medicina/UNIFESP, Escola Professor Antônio de Brito, Faculdade Luciano Feijão, FAETEC-RJ, FAPDF, FAPEMIG, FAPESC, Fapesp, FCH Serviços, FEESC, Federação das Empresas de Transporte de Passageiros de Minas Gerais, Fiesp, Finep, FITEC Inovações Tecnológicas, Funcap, Fundação Araucária, Fundação Banco do Brasil, Fundação Joaquim Nabuco, FIOCRUZ, Fundação Parque Tecnológico da Paraíba, FURG, FURNAS, Futurologar, GEE, Geoeconômica Sustentabilidade, Hemobrás, Hospital da Polícia Militar, IBICT, IBRACEDS, Ibyny, IEA-OECD, IF SERTÃO-PE, IFB, IFBA, IFES, IFMA, IFPR, IFRO, IFRS, IFSP, IFSuldeminas, IFTO Campus Gurupi, ii Intelligence for Innovation Consulting, IMED, IMT, Incaper, Indeppa, INEA, INEP, INMA, Inpa, INSA, Instituto Agrônomo de Campinas, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Instituto da Fundação Santo André, IRD, IFG, Instituto IPDEC, Instituto Pasteur, Instituto São Paulo de Ciências Aplicadas, Instituto Tecnológico de Aeronáutica, Instituto Terra e Mar, INT, International Energy Agency, INTO-MS, IPEA, ITA, Laboratório Nacional de Astrofísica, LNBR/CNPEN, LSC EGN, MCTI, MEC, MERIBE, MINCIENCIAS, Mulheres Conectadas, Museu Paraense Emílio Goeldi, NBW Consulting, Nucleotec, Observatório Nacional, Parque Tecnológico Mato Grosso, PDI Soluções Empresariais, PhDs EXP Move, PMP CPGE, Prefeitura de Bueno Brandão, Projeto CITInova MCTI, PUC-Rio, PUC-Campinas, RNP, Reservas Votorantim, SECITECI-MT, SEDEPE, SEEDF, SECTI-AM, SECTI-PE, SEDECTI-AM, SEE-PE, SENAI, SENAR AR/MS, SEPARTEC/SEFA-PR, Silva Leme Engenhari, SolarCaves, Superintendência de Mobilidade Urbana - Prefeitura de Imbituba SC, TECPAR, Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, Trilhando, UdelaR, UESF, UEL, UEM, UEMA, UERJ, UERN, UESB, UFC, UFCSPA, UFES, UFF, UFGD, UFJF, UFN, UFOB, UFPA, UFPE, UFPR, UFRGS, UFRJ, UFRRJ, UFU, Ultrapar, UnB, Unicamp, Unicentro, UNIFA, UNIFEI, Unifesp, Unifran, UNILA, Unilab, UNIRIO, UNISINOS, UNIVASF, UERGS, UESB, UFT, Unesp, UFFS, UFGD, UFPE, UFS, UFV, UFRN, UFF, USP, Utrecht University, Wylinka
O Setor Cerâmico e as Cidades Sustentáveis".	Webinar	Acordo de Cooperação Técnica entre OICS-CGEE e ANFACER	27/05/2021	ZOOM/ Youtube	45	CGEE, ANFACER
Inovação e Indústria 4.0 no setor de recursos hídricos	Webinar	Validação de soluções no tema saneamento água; Prévia do lançamento do policy brief no tema água.	17/06/2021	ZOOM/ Youtube	161	CGEE

Webinar de lançamento do Boletim Panorama da produção científica em bioeconomia no Brasil e no mundo	Webinar	Lançar o boletim Panorama da produção científica em bioeconomia no Brasil e no mundo.	22/06/2021	ZOOM	232	CGEE, DISPOR Energia, MCTI Labmol Inovação, Agropecuária Lagoa Seca, Green Rio, Center for Development Research (ZEF), Aenergia, UFRJ, INT, Atina + Belterra + Mombora + Coalizão Brasil, UNESP, FATEC, UFPR, UFABC, INSA, IFE, WWU Münster - Research Group SABIO, SEMA-DF, CNPq, Banco Interamericano de Desenvolvimento, IFTO, Ministério das Relações Exteriores, Nucleotec a, Serrapilheira, FAPERGS, Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, UFBA, WCOSTA CONS. PROJ ECONOMICOS LTDA, Emprapa, Secretaria do Meio Ambiente da Bahia, ICLEI Brasil, Biotec-Amazônia, Instituto Recôncavo de Tecnologia, FURG, UFPel, UFMT, Finep, EBSERH, UFSC, IFSuldeMinas, UFOPA, DIEESE, Minciencias, Museu Paraense Emílio Goeldi, USP, Castro Investimentos Ltda., Basf, SUDAM, UESB, SENAI, TNC, CERSA, Tekcapital, SPIS, MDR, INPI, UNIFESO, Fundação de Apoio a Pesquisa do DF, Suriana Trading, Universidade da Água, Instituto Nacional do Semiárido, apDF, ANFACER, IPT, Secretaria de Desenvolvimento e Inovação de Goiás/Subsecretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação de Goiás, ABIT, FEAU SP, Univille, Tempo de Plantar, Serviço Florestal Brasileiro, SENAI CETIQT, IPEA, I Care, FAPESP, Unifal, IFSP, Centro Paula Souza, Projeto CITInova, Secretaria de Agricultura y Desarrollo Rural, PUC-Rio, Hospital da Polícia Militar, UFRJ, CNI, Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará, ITC, UFGD, IPT-Inst. Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, UFRGS, UFV, Unifesp, Faetec, MCTI, UnirG e Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Gurupi, SIDE, CRIA, SENAR AR/MS, IFRS, LNBR-CNPEM, EPE, UFGSPA, Prefeitura de Santo André, CRL Governança Socioambiental, EE Profa Clarice Costa Conti, SEE-PE, Bndes, UFF, Biologia da Construção, UnB, URCAMP, Befer, APTA, UFPA, UNICAMP, IFPR, Befer Agroindustrial e Comercial Ltda, SEMAS/PA, WRI Brasil, Ibiot/MCTI, IFTO, General Motors do Brasil, Prefeitura Municipal de Bastos, GIZ, Confederação Nacional de Municípios, MFT Conagro, Kneese Engenharia e Gestão, Instituto de Engenharia, STER, Faber Castell, Embrapa, Biotec Amazônia IPAM, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, UNILA, Instituto Serrapilheira, The Nature Conservancy, I9PI
1º Webinar do Curso: Criação e Gestão de Fundos Patrimoniais de CT&I na Prática	Webinar	Debater, em orma de palestras, com profissionais do mercado que estão atuando no front da Constituição de Fundos Patrimoniais segundo a Lei 13.800	28/07/2021	ZOOM e Youtube	28	CGEE, MCTI, PLKC Advogados, BNDES, IDIS, INT, FUNTEC Goiás, ITA, InovaUFBA,
Noções sobre a LGPD: Projeto Conformidade Jurídica e Tecnológica - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	Webinar	Encontro com a participação de Caio Maiolino, advogado especialista em Privacidade e Proteção de Dados e integrante da consultoria contratada pelo CGEE, que apresentará noções gerais sobre a LGPD	16/07/2021	Zoom	48	CGEE e PG Advogados
Missão Técnica Virtual em Anápolis	Webinar	Visitas de campo realizadas para promover soluções para os principais interessados.	02/08 a 06/08/2021	Zoom	51	CGEE, Greco Design, PNUMA, Ventre Cidades Sustentáveis, UPF, USP, Prefeitura de Anápolis, ICLEI Brasil, ICLEI América do Sul, WRI Brasil, Associação Educativa Evangélica, CNM, Centro Brasil Design, CoolHow, DLU SEMMA, Embaixada da Suécia no Brasil, Fundação Grupo Boticário, GIZ, IESB, MCTI, Natorale Consultoria e Assessoria e Univille
Acessibilidade e Cidades Inteligentes	Webinar	apresentar soluções de acessibilidade e inclusão social como um dos instrumentos para a transformação sustentável das cidades brasileiras	11/08/2021	Zoom E Youtube	50	CGEE, PNUMA, Igual, Vida Independente, Equal Web, UFRGS, UFF, SEMA- DF, CNPq e MCTI
2º Webinar do Curso: Criação e Gestão de Fundos Patrimoniais de CT&I na Prática	Webinar	Debater com profissionais do mercado que atuam na gestão de carteira visando perenidade dos recursos dos Fundos Patrimoniais	11/08/2021	Zoom E Youtube	59	CGEE, USP, MCTI, FACTI, Defesa Civil Arauari, Itaú Asset Management, Santander Asset Management, InovaUFABC, FAPTO, SEFIP/MCT, SEEXEC/MCTI, Pícolo Advogados, Espiral Soluções Socioculturais, FUNARBE, IFSuldeMinas
Webinar - Estratégia Nacional de Inovação: Governança aplicada à inovação no Brasil.	Webinar	Divulgar do lançamento da Estratégia Nacional de Inovação e seus Planos Temáticos com apresentação de suas características, objetivos e de ações de destaque.	02/09/2021	Zoom E Youtube	113	CGEE, IPD Eletron, MCTI, Casa Civil, Abinee, UFPR, MAPA, MEC e ME.
Ciclo I de Oficinas da Estratégia Brasileira de Transformação Digital	Reunião	Realizar oficinas com especialistas, majoritariamente integrantes das Câmaras 4.0 de Agricultura, Indústria, Turismo, dentre outras, com o intuito de atualizar as ações, visão de longo prazo, e objetivos dos eixos da Estratégia Brasileira de Transformação Digital. As oficinas serão divididas por eixos: nos dias 21 e 23 de setembro eixos habilitadores e nos dias 22 e 24 de setembro eixos de transformação digital. A dinâmica prevê que nos primeiros encontros de cada eixo (dias 21 e 22) haverá a apresentação de diagnósticos e a proposição de temas e ações estratégicas. Nos segundos dias (23 e 24) o público de especialistas se dedicará ao término dos trabalhos iniciados no primeiro dia	21 a 24/09/2021	Zoom	81	CGEE, Essência Processos Participativos, ABESE, ABINEE, ABIPTI, ANPEI, ASSESPRO, Bertolini Consulting, Casa Civil Paraná, CNI, Coalizão Digital, Baixada Santista, EBAPE, FGV, FAPEG, Fiocruz, Grupo JGV, GSI/PR, GSO, ICNA, IDR Paraná, IFCE, IFES, Instituto Eldorado, Instituto Micropower, Instituto STELA, IPEA, Kyndryl, Mango Ventures Brazil, Marlin, MCom, MCTI, MRE, OLA-CCI, PNITZI, Prefeitura de Campinas, RNP, SAM/Casa Civil, SBC, SOFTEX, UFF, Unifesp, VDI Brasil.
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE CDP E CGEE	Webinar	Celebrar o Acordo de Cooperação Técnica entre o CDP e o CGEE. CDP: https://la-pt.cdp.net/	22/09/2021	Zoom E Youtube	30	CGEE, CDP Latin America, UFRGS, Lellolab, SENAI CETIQT, UTFPR, Defesa Civil de São Roque, IFRO, INPE, CCST/INPE, SG/CPRM, Secretaria Executiva de Educação Profissional de Pernambuco e UFBA
Lançamento do Boletim Temático de Indicadores em CT&I. A quarta edição do Boletim Temático apresenta os principais resultados relativos a um conjunto de indicadores propostos para auxiliar a compreensão das especificidades regionais da geografia da CT&I no Brasil.	Webinar	Apresentar os resultados da agenda de trabalho do eixo de atuação do Observatório em Indicadores em CT&I. A quarta edição do Boletim Temático apresenta os principais resultados relativos a um conjunto de indicadores propostos para auxiliar a compreensão das especificidades regionais da geografia da CT&I no Brasil.	07/10/2021	ZOOM e Youtube mcti e zoom	66	CGEE, Secretaria de CTI de PE, CNPq, SESI, Unicamp, USP, IFSC, IFBA, UnB, Embrapa, UERJ, ANPROTEC, MCTI, IPT, PUC-PR, ANEEL, Unimontes, UEA, IFB, Prefeitura de Bueno Brandão, Governo do Espírito Santo, Fundaj, CONFAP, UFPR.

18ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia - A Transversalidade da Ciência, Tecnologia e Inovações para o Planeta	Webinar	Promover, nos dias 06 e 07 de outubro, três webinars que integram a programação da 18ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), organizada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI).	6 e 7/10/2021	ZOOM e Youtube MCTI	64	CGEE, MCTI, INT, Unesp, Estácio de Sá, SulGesso, FURG, FGV, IFBA, PROFNIT, Nattur Engenharia, IFSP, AGE, ABIPTI, Prefeitura de Bueno Brandão, UFRJ, USP, UnB, Comissão Econômica das Nações Unidas.
"IV Seminário Internacional de Soluções Baseadas na Natureza"	Evento Híbrido	Destacar experiências brasileiras de municípios que implementaram projetos em SbN, além de atualizar os gestores públicos nacionais sobre o que foi debatido na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática de 2021 (COP 26). As iniciativas reconhecidas como soluções baseadas na natureza vêm ganhando espaço nas discussões internacionais como uma das ações relevantes para a promoção da resiliência urbana, adaptação e mitigação às mudanças climáticas. Debater soluções baseadas na natureza é uma forma de estimular cidades brasileiras a trabalhar com a natureza para enfrentar grandes desafios em temas como recursos hídricos, saneamento e promoção da biodiversidade	02/12/2021	Zoom - YouTube	62	CGEE, MCTI, IESB. Universidade de Taubaté, UFF, CRIA, PhiTev, IPPLAM, Brasil Design, Fundação Grupo Boticário, Jardim Botânico, SEMA, SEUMA de Fortaleza, Lithopuntura Socioambiental,
"Ciclo de Validação dos Resumos Executivos - Políticas e Soluções em Energia Sustentável para as Cidades"	Workshop	Realizar a validação, por especialistas, da primeira versão do resumo executivo de ambiente construído, previsto no item nr 03 do deliverable 3.5.3 do Plano de Trabalho do OICS.	29/10/2021	Zoom	17	CGEE, UFPR, UFBA, UTFPR. PUC-RS, IFSC, UFPA, UNINOVE.
"Ciclo de Validação dos Resumos Executivos - Políticas para Ambiente Construído Sustentável"	Workshop	Realizar a validação, por especialistas, da primeira versão do resumo executivo de ambiente construído, previsto no item nr 03 do deliverable 3.5.3 do Plano de Trabalho do OICS.	05/11/2021	Zoom	15	CGEE, UFPR, UESC, UnB, UEL, FURG.
"Ciclo de Validação dos Resumos Executivos - Políticas para Saneamento em Água Sustentável"	Workshop	Realizar a validação, por especialistas, da primeira versão do resumo executivo de ambiente construído, previsto no item nr 03 do deliverable 3.5.3 do Plano de Trabalho do OICS.	12/11/2021	Zoom	12	CGEE, UFPR, UFRI, Unicamp, UEM,
"Ciclo de Validação dos Resumos Executivos - Políticas para Resíduos Sólidos"	Workshop	Realizar a validação, por especialistas, da primeira versão do resumo executivo de ambiente construído, previsto no item nr 03 do deliverable 3.5.3 do Plano de Trabalho do OICS.	19/11/2021	Zoom	13	CGEE, UFPR, UFRJ, UFMG, UNESC, CITInova, UPE.
"Ciclo de Validação dos Resumos Executivos - Políticas para Soluções Baseadas na Natureza"	Workshop	Realizar a validação, por especialistas, da primeira versão do resumo executivo de ambiente construído, previsto no item nr 03 do deliverable 3.5.3 do Plano de Trabalho do OICS.	26/11/2021	Zoom	15	CGEE, USP, UFRGS, UFPR, CITInova, UCDB.
Workshop para exploração de dados Bibliométricos com o uso do VosViewer e outras ferramentas do CGEE	Workshop	Realizar treinamento prático em métodos de análise bibliométrica com a ferramenta VosViewer em conjunto com ferramentas de análise de rede do CGEE	11/11/2021	Zoom	13	CGEE, UFPE
COP 26	Conferência	Abordar a importância de governos nacionais e locais, assim como a comunidade internacional, se unirem para atingir os objetivos climáticos e transformar as cidades em prol das pessoas e do planeta, a convite do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e UrbanShift no side event oficial durante a COP 26, com a participação do secretário de Pesquisa e Formação Científica do MCTI, Marcelo Morales, do prefeito de Recife, João Campos, do secretário do Meio Ambiente do Distrito Federal, Sarney Filho.	09/11/2021	YouTube	7	CGEE, MCTI, Autoridade de Gestão Ambiental de Ruanda, Global Environmental Facility, SEMA-DF, RALGA, Ministério do Meio Ambiente de Maharashtra.
Mesa de Dialogo – A Era do Hidrogênio Renovável	Webinar	Promover o diálogo entre jovens especialistas de diferentes países para compartilhar informações e trocar experiências sobre o futuro do hidrogênio verde e renovável.	23/11/2021	Zoom	81	CGEE, MCTI, Universidade Externado da Colômbia, BRICS Youth Energy Agency, Agência Internacional de Energia, ABH2, ICS,

2ª Reunião da Câmara da Política Nacional de Inovação	Reunião	Apresentar informações referentes aos pontos 3 e 4 da pauta proposta	17/11/2021	Palácio do Planalto, 4º andar, sala 98	17	CGEE, MCTI, Mcom, ME, MME, Casa Civil, Unicamp, MD.
Lançamento da Plataforma Virtual do OCTI.	Webinar	Lançar a plataforma virtual do OCTI, com objetivo de divulgar os trabalhos do Observatório e permitir aos usuários navegar nos estudos e realizar suas próprias pesquisas.	09/12/2021	Zoom E Youtube	13	CGEE, MCTI, SBPC, SECTI/PE, UFRJ, UFPR, FINEP.
Tecnologias de apoio ao Planejamento Urbano Integrado: Acessando a caixa de ferramentas do Observatório de Inovação para Cidades Sustentáveis	Webinar	Promover, divulgar e facilitar o acesso e o uso das ferramentas do OICS que dão suporte ao planejamento urbano integrado, visando capacitar os gestores e demais usuários no uso das ferramentas do OICS, contribuindo assim para o objetivo maior do Observatório, de fomentar a elaboração de políticas públicas que promovam a sustentabilidade das cidades a partir da aplicação das soluções disponíveis no OICS e do acesso a informação qualificada	25/11/2021	Zoom e Youtube	43	CGEE, MCTI, Geoeconômica Sustentabilidade, DAEE/SSP, SEUMA Fortaleza, Ipanema Agorecologia, PhiTec, DUCO, USP, Dargains Consultoria Organizacional e Inteligência Geoespacial, Ventre Cidades Sustentáveis, Unijuí, Instituto Oca de Sol, CITInova, UEMA.
Tecnologias de apoio ao Planejamento Urbano Integrado: Acessando a caixa de ferramentas do Observatório de Inovação para Cidades Sustentáveis	Webinar	Promover, divulgar e facilitar o acesso e o uso das ferramentas do OICS que dão suporte ao planejamento urbano integrado, visando capacitar os gestores e demais usuários no uso das ferramentas do OICS, contribuindo assim para o objetivo maior do Observatório, de fomentar a elaboração de políticas públicas que promovam a sustentabilidade das cidades a partir da aplicação das soluções disponíveis no OICS e do acesso a informação qualificada.	02/12/2021	Zoom e Youtube	13	CGEE, SEUMA Fortaleza, Geoeconômica Sustentabilidade, Projeto Andus/GIZ
Trabalho e Emprego na Produção de Alimentos	Workshop	Discutir e definir escopo e metodologia do novo estudo, "Trabalho e emprego na produção de alimentos"	03/12/2021	Zoom	8	CGEE e DIEESE
2ª Missão Técnica Virtual	Oficina/Workshop	Visitas de campo realizadas para promover soluções para os principais interessados.	13 e 14/12/2021	Zoom	39	CGEE, ANFACER, BNDES, UFSJ, PNUMA, MCTI, ICLEI, UnB, SENAI, IBAM, SEMA-DF, PCRJ, SMDEIS, Noah Smart City, Teo Verde Favela, CoolHow, Greco Design, COR, Fundação Rio-Águas, IESB, SETI, Phytoestore.

Relatório Administrativo e Financeiro Anual – 2021

No ano de 2021, em razão de intensas articulações da diretoria e das equipes técnicas do CGEE, junto ao MCTI, MEC e parcerias com outros órgãos públicos interligados por meio do Contrato de Gestão, foi possível encerrar o exercício com a assinatura de oito Termos Aditivos, totalizando recursos orçamentários no montante de R\$ 56.331.403,00 (cinquenta e seis milhões, trezentos e trinta e um mil, quatrocentos e três reais) e adicionalmente, pactuar a prorrogação do Contrato de Gestão para 30/04/2022, neste caso por meio do 30º Termo Aditivo .

Com relação aos contratos administrativos, o CGEE firmou contrato com a Adam Smith International, com recursos do Fundo de Prosperidade do governo britânico, além de dar continuidade aos contratos com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, para trabalhos de interesse da SUDENE, e com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA no âmbito do projeto CITInova, coordenado pelo MCTI. Negociações preliminares foram realizadas com a Agência GIZ, do Governo Alemão, e com a CEPAL, no âmbito do Programa EUROCLIMA+ da União Europeia.

A Carta de Acordo pactuada entre o CGEE e o PNUD/SUDENE foi executada de forma parcial. Dos 20 estudos inicialmente contratados, o CGEE concluiu 11 em 2021 sendo que 9 foram retirados, de comum acordo entre as partes, do objeto da dessa contratação. O desenvolvimento desse trabalho exigiu uma força tarefa da equipe do CGEE e dos consultores externos gerando custos além do previstos no orçamento para o projeto.

Em relação aos contratos com Organismos Internacionais gerou-se uma dúvida quanto a tributação do Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza – ISS na execução do contrato com o PNUMA, tendo por base a indefinição do objeto configurar ou não uma prestação de serviços (fato gerador desse tributo). Nesse sentido, a SEFAZ/DF foi consultada e se manifestou quanto a existência de fato gerador e a necessidade de recolhimento desse imposto. Assim, o CGEE fez contingência do montante devido para regularização dessa situação junto ao fisco. O montante correspondente a esse passivo tributário corresponde a R\$ 1.456.763,45 (Um milhão quatrocentos e cinquenta e seis mil, setecentos e sessenta e três reais,

quarenta e cinco centavos). Estes números são retratados em detalhes nos parágrafos seguintes.

Receitas

Os recursos financeiros, ao ingressarem no CGEE, são classificados segundo as suas origens, fator determinante da forma como irão ser utilizados.

Conforme estabelecido na legislação que trata das Organizações Sociais – Lei 9.637 de 15.05.1998 – os recursos transferidos no âmbito do Contrato de Gestão, firmado com o MCTI e com a interveniência do MEC, destinam-se ao fomento das atividades e à manutenção geral da Instituição. Já os recursos obtidos com contratos administrativos para a prestação de serviços objetivam custear a realização desses trabalhos e o investimento de eventuais saldos apurados ao final do contrato em atividades vinculadas aos objetivos institucionais do Centro.

A seguir, apresenta-se essa classificação, a partir dos trabalhos executados em 2021:

- I) **Fomento Público** por meio do Contrato de Gestão firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI, com a interveniência do Ministério da Educação – MEC;
- II) **Contratos Administrativos** ou de prestação de serviços firmados com as seguintes instituições públicas ou privadas:
 - a) Adam Smith International;
 - b) PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
 - c) PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.
- III) **Aplicações no Mercado Financeiro**; e
- IV) **Descontos e outras Receitas**.

Dos Recursos dos Contratos Administrativos

Pela sua natureza, os contratos administrativos firmados com Instituições públicas ou privadas, não se restringem a um único exercício. A seguir é apresentado um Quadro Demonstrativo do fluxo de recursos previstos nesses contratos, ao longo de toda sua vigência.

Contratante	Valor dos Contratos	(+/-) ADITIVO ACRÉSCIMO/ DECRÉSCIMO DE VALOR (câmbio)	(-) Faturado ou Recebido em 2021	(=) Crédito a Receber
Adam Smith International	687.510,00	0,00	(652.600,00)	34.910,00
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	3.077.649,82	(2.325.909,97)	(549.604,35)	202.135,50
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente	18.530.069,71	0,00	(8.809.000,00)	9.721.069,71
Total Geral	22.295.229,53	(2.325.909,97)	(10.011.204,35)	9.958.115,21

No aspecto gerencial, para a apuração do resultado do exercício de 2021 foi utilizada a informação correspondente ao registro de notas fiscais faturadas, de acordo com a entrega dos produtos contratados, como segue:

Receitas Contabilizadas em 2021	TOTAL
Contratos Administrativos	10.011.204,35
Total Geral	10.011.204,35

Adicionalmente, destaca-se que os saldos financeiros de contratos administrativos referentes ao exercício anterior (2020) corresponderam a R\$ 5.564.715,04 (Cinco milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, setecentos e quinze reais, quatro centavos).

Das Deduções sobre os Recursos dos contratos administrativos - Faturados

Sobre os valores relativos aos Contratos Administrativos incide a cobrança do Imposto Sobre Serviços - ISS. Este tributo é deduzido do valor dos recursos faturados, assim como o cancelamento de notas fiscais por impropriedade em sua emissão. Segue abaixo o valor correspondente ao período:

(-) Dedução das Receitas	Total
Imposto Sobre Serviços – ISS	(520.569,88)
Total Geral	(520.569,88)

Dos Recursos do Contrato de Gestão

O Quadro a seguir demonstra o montante de recursos recebidos pelo CGEE, em 2021, no âmbito do Vigésimo Segundo, Vigésimo Terceiro, Vigésimo Sexto e Vigésimo Sétimo Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, especificando origem e as datas de ingresso:

DEMONSTRATIVO DE RECEBIMENTOS FINANCEIROS			
	2021		TERMO ADITIVO
Fonte de recurso	RECEBIMENTO EFETIVO		
Contrato de Gestão	VALOR	DATA	
MCTI	1.500.000,00	04/01/21	23º
	8.312.858,00	14/10/21	26º
TOTAL MCTI	9.812.858,00		
MEC	2.899.695,00	04/01/21	22º
	3.000.000,00	31/12/21	27º
TOTAL MEC	5.899.695,00		
TOTAL GERAL	15.712.553,00		

Dos oito Termos Aditivos ao Contrato de Gestão firmados em 2021, três prorrogam o prazo de término do Contrato de Gestão e cinco estabelecem uma programação de repasses sendo que apenas um foi recebido integralmente (27º), restando um saldo a receber de R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais) do 26º e de 44.418.545,00 (Quatro e quatro milhões, quatrocentos e dezoito mil, quinhentos e quarenta e cinco reais) relativos ao 28º, 29º e 31º Termos Aditivos.

Importante mencionar que R\$ 25.791.707,07 (Vinte e cinco milhões, setecentos e noventa e um mil, setecentos e sete reais, sete centavos) foram reprogramados em 2021, do saldo financeiro apurado no exercício anterior (2020).

Dos Recursos de Aplicações Financeiras e Outras Receitas

O CGEE realiza a aplicação no mercado financeiro de todos os recursos disponíveis de modo a garantir sua atualidade. Os rendimentos gerados por essas aplicações, as recuperações de despesas e ainda os descontos obtidos de seus fornecedores produziram receitas conforme demonstrado a seguir:

Receitas	Total
Rendimentos de aplicação financeira	980.508,77
Descontos Obtidos	3.499.32
Recuperação de despesas/ressarcimentos	457.754,08
Total Geral	1.441.762,17

Da Consolidação das Receitas e deduções

O ingresso total de recursos financeiros atingiu, durante o ano de 2021, o montante de R\$ 58.521.941,63 (Cinquenta e oito mil, quinhentos e vinte e um mil, novecentos e quarenta e um reais, sessenta e três centavos) conforme demonstrado no quadro abaixo, segundo a origem das receitas:

Consolidação das Receitas	Total
Reprogramação de Saldos financeiros	31.356.422,11
Recursos de Contratos Administrativos	10.011.204,35
Recursos do Contrato de Gestão	15.712.553,00
Recursos de Aplicações Financeiras / descontos/Rec. De despesas/Ressarcimentos	1.441.762,17
Total Geral	58.521.941,63

Dispêndios

Os dispêndios do CGEE no período de janeiro a dezembro de 2021 foram agrupados, para efeito de demonstração, nos seguintes itens:

1. Pessoal e encargos

Reflete todos os dispêndios com pessoal, relacionado com a manutenção da equipe base do CGEE (equipe técnica especializada permanente e temporária, apoio administrativo e financeiro da gestão, assessoria técnica e direção).

2. Consultoria externa

Custos relacionados com a contratação de serviços de consultores e especialistas – pessoa jurídica ou pessoa física – para a realização de estudos e outras atividades especializadas de suporte às ações do Centro.

3. Eventos de mobilização de competências

Custos diretos de organização e realização de eventos (seminários, workshops, painéis, reuniões de especialistas, palestras) para a consecução das diversas atividades do Centro.

4. Manutenção administrativa

Custos de operação e manutenção das atividades básicas do CGEE, tais como aluguéis, serviços de apoio, sistemas de informação, entre outros.

5. Outras despesas operacionais

Despesas financeiras, impostos, taxas, provisões para perdas, provisões para riscos fiscais, entre outras.

6. Depreciação e amortização

Despesas relacionadas ao desgaste de um bem ou direito pelo uso contínuo.

7. Investimentos

Dispêndios realizados com aquisição de equipamentos e outros bens incorporados ao patrimônio do CGEE.

Dos dispêndios realizados em 2021

Dispêndios	
Pessoal e encargos	21.899.952,98
Consultoria externa	12.367.005,26
Eventos de mobilização de competências	205.817,00
Manutenção administrativa	4.722.495,65
Outras despesas operacionais	553.130,12
Depreciação e Amortização	294.988,83
Total Geral	40.043.389,84
Investimentos do exercício	180.104,71
Total de Dispêndios + Investimentos	40.223.494,55

Do resultado do exercício e acumulado – superávit / déficit

O resultado consolidado apurado no exercício de 2021, considerando os efeitos financeiro-econômicos do CGEE, está demonstrado de forma resumida no quadro a seguir:

Resultado do Exercício	
Saldo financeiro a reprogramar	31.356.422,11
Receitas do exercício	27.165.519,52
(-) Deduções das receitas	(520.569,88)
(-) Dispendios do exercício	(40.223.494,55)
Superávit no Exercício de 2021	17.777.877,20

Demonstrativo consolidado do resultado do exercício, por tipo de contrato

Buscando demonstrar os saldos apurados pelo CGEE, por tipo de contratação, é apresentado a seguir um quadro síntese contendo a segregação do resultado operacional, tanto do Contrato de Gestão quanto dos contratos administrativos, considerando, para esse fim, o recurso efetivamente recebido do Contrato de Gestão e os recursos faturados dos contratos administrativos no ano de 2021, acrescidos do saldo financeiro do período anterior.

Neste quadro estão registradas, ainda, as expectativas de receita já contratadas, bem como os compromissos de despesa formalmente assumidos.

DEMONSTRATIVO GERENCIAL DE RECEITAS E DESEMBOLSOS				
PERÍODO 01/01/2021 A 31/12/2021				
RECEITAS/SALDO	Competência	Contrato de Gestão	Contratos Administrativos	Totais
Saldos financeiros a reprogramar		25.791.707,07	5.564.715,04	31.356.422,11
Receitas Operacionais				
Créditos Líquidos Recebidos	2020	4.399.695,00	10.011.204,35	
Créditos Líquidos Recebidos	2021	11.312.858,00		
		15.712.553,00	10.011.204,35	25.723.757,35
Saldo Financeiro do período		41.504.260,07	15.575.919,39	57.080.179,46
Deduções				
(-) ISS			-520.569,88	
Total de Deduções			-520.569,88	-520.569,88
Outras Receitas				
Rendimentos de Aplicação Financeira		768.657,59	211.851,18	980.508,77
Descontos obtidos		3.499,32	0,00	3.499,32
Outras Receitas Operacionais		300.614,18	157.139,90	457.754,08
Total de Outras Receitas		1.072.771,09	368.991,08	1.441.762,17
TOTAL DE RECEITAS + SALDO FINANCEIRO		42.577.031,16	15.424.340,59	58.001.371,75
Receitas / Créditos à receber- FUTURO		45.018.545,00	9.923.205,21	54.941.750,21
DEDUÇÕES		Contrato de Gestão	Contratos Administrativos	Totais
Despesas				
Pessoal e Encargos		16.819.788,02	5.080.164,96	21.899.952,98
Eventos, Diárias, Passagens		113.317,91	92.499,09	205.817,00
Consultoria Externa		6.920.240,05	5.446.765,21	12.367.005,26
Manutenção Administrativa		4.047.980,58	674.515,07	4.722.495,65
Outras despesas operacionais		455.919,42	97.210,70	553.130,12
Depreciação e Amortização		290.586,77	4.402,06	294.988,83
Total Despesas		28.647.832,75	11.395.557,09	40.043.389,84
TOTAL DE DEDUÇÕES		28.647.832,75	11.395.557,09	40.043.389,84
Despesas / Compromissos - FUTURO		8.133.338,24	1.887.650,94	10.020.989,18
INVESTIMENTOS		121.876,01	58.228,70	180.104,71
Superavit / Deficit - no exercicio - Investimentos		13.807.322,40	3.970.554,80	17.777.877,20
Superavit/Deficit -Considerando Compromissos Futuros		50.692.529,16	12.006.109,07	62.698.638,23

Da movimentação financeira dos recursos

A movimentação dos recursos financeiros recebidos pelo Centro foi realizada através de contas correntes e pela aplicação em fundos de investimento de liquidez imediata, sendo que os saldos em 31 de dezembro de 2021 correspondem a:

Banco do Brasil – AG 3599-8	Valor
Conta Corrente – 435.002-2	0,00
Conta Corrente – 435.001-4	869,04
Conta Corrente – 58.891-1	12.512,20
Conta Corrente – 58.892-X	2.083,21
Conta Corrente – 22.320-4	3.000.000,00
Conta Corrente – 22.316-6	0,00
Conta Corrente – 22.319-0	0,00
Aplicação de Liquidez Imediata	13.708.252,78
Total	16.723.717,23

Da evolução dos números

O quadro a seguir apresenta o comportamento histórico de alguns números do CGEE que, indiretamente, evidenciam o volume de trabalho dispendido nas atividades de apoio ao funcionamento do Centro.

Exercício	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Número de Empregados (em 31.12)	61	55	72	79	99	100
Registros Contábeis	25.662	28.179	21.932	33.051	31.150	30.167
Contratos Firmados	132	169	66	131	165	119
Dispêndios (R\$)	25.231.981,47	22.801.014,21	26.727.634,26	32.923.155,71	40.630.677,61	40.223.494,55

Anexos

São anexos ao presente relatório os seguintes documentos:

Anexo I: Balanço Patrimonial, Demais Demonstrações e Notas Explicativas.

Anexo II: Relatório dos Auditores Independentes.

Anexo III: Parecer do Conselho Fiscal.



CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

BALANÇO PATRIMONIAL - EM REAIS

Em 31 de dezembro de 2021

CNPJ 04.724.690/0001-82

ATIVO				PASSIVO			
	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
CIRCULANTE		41.505.017,77	36.400.577,43	CIRCULANTE		6.325.281,23	7.950.712,15
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	16.726.717,23	31.357.060,09	Encargos Sociais a Recolher		472.861,42	567.683,15
Bancos/caixa - com Restrição		3.018.464,45	5.033,97	Encargos Tributários a Recolher		447.922,51	409.285,92
Aplicações Financeiras- com Restrição		13.708.252,78	31.352.026,12	Fornecedores	8	575.210,29	1.090.452,82
				Provisão para Férias e Encargos	9	1.736.551,83	1.605.778,62
OUTROS VALORES A RECEBER		24.778.300,54	5.043.517,34	Provisão Contratos de Serviços	10	2.888.897,71	4.219.254,88
Clientes	5	24.071.545,00	4.399.695,00	Outras contas a pagar	11	203.837,47	58.256,76
Adiantamento a Fornecedores	6	495.344,49	491.463,18	NÃO CIRCULANTE		3.361.131,84	2.058.129,15
Caução contrato - CTEX		0,00	8.087,78	PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS		3.361.131,84	2.058.129,15
Impostos a Recuperar		3.965,78	0,00	Provisão para Riscos Fiscais	12	1.681.086,67	2.058.129,15
Adiantamento de férias		136.335,22	119.875,40	Parcelamentos Fiscais	13	1.680.045,17	
Outros Créditos		26.332,96	1.493,10				
Despesas Diferidas		44.777,09	22.902,88				
NÃO CIRCULANTE		757.299,08	871.545,70	PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO	14	32.575.903,78	27.263.281,83
IMOBILIZADO	7	739.969,93	867.847,80	RESERVAS		1.450.000,00	3.632.889,94
Bens Próprios com Restrição		4.307.915,77	4.158.754,40	Reserva Técnica - com Restrição		1.450.000,00	3.632.889,94
(-) Depreciações Acumuladas		(3.567.945,84)	(3.290.906,60)				
INTANGÍVEL	7	17.329,15	3.697,90	SUPERÁVIT ACUMULADOS		31.125.903,78	23.630.391,89
Sistemas Aplicativos-Software-com Restrição		1.093.707,46	1.063.663,12	Superávit/Déficit Acumulados-com restrição		24.852.493,98	35.429.180,91
(-) Amortizações Acumuladas		(1.076.378,31)	(1.059.965,22)	Déficit/Superávit do Exercício-com restrição		6.273.409,80	(11.798.789,02)
TOTAL DO ATIVO		42.262.316,85	37.272.123,13	TOTAL DO PASSIVO		42.262.316,85	37.272.123,13

DocuSigned by:

7D2551605576457...

MARCIO DE MIRANDA SANTOS

Diretor-Presidente
CPF 618.397.877-91

DocuSigned by:

671FC53F52C540F...

IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA

Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
CPF 768.155.871-34



CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

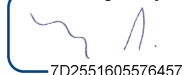
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EM REAIS

Em 31 de dezembro de 2021

CNPJ 04.724.690/0001-82

1 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2021	2020
(-/+) Superávit/Déficit líquido do exercício	6.273.409,80	(11.798.789,02)
Ajustes por:		
(+) Depreciação e amortização	294.988,83	329.683,85
(+) Perdas por baixa de bens inservíveis	-	303.694,84
(+) Provisão para contingências Fiscais	1.303.002,69	113.343,90
(-) Ajuste de Exercícios anteriores	(960.787,85)	-
(-) Baixa de bens depreciados	(637,50)	-
 Variação nos saldos dos ativos:		
(+/-) Redução/(Aumento) em clientes	(19.671.850,00)	16.750.305,00
(+/-) Redução/(Aumento) em adiantamentos	(3.881,31)	(27.803,37)
(+/-) Redução/(Aumento) em outras contas ativas	(59.051,89)	(21.338,57)
 Variação nos saldos dos passivos:		
(+/-) Aumento/(Redução) nos encargos sociais e tributários	(56.185,14)	346.605,40
(+/-) Aumento/(Redução) em fornecedores	(515.242,53)	400.277,42
(+/-) Aumento/(Redução) nas provisões trabalhistas	130.773,21	289.377,89
(+/-) Aumento/(Redução) em Provisões Contratos de Serviços	(1.330.357,17)	2.728.390,87
(+/-) Aumento/(Redução) em adiantamento de Terceiros	-	(1.133.737,57)
(+/-) Aumento/(Redução) em outras contas a pagar/Compensar	145.580,71	(8.787,95)
 Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(14.450.238,15)	8.271.222,69
2 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	2021	2020
(-) Compra do Ativo Imobilizado	(150.060,37)	(415.512,62)
(-) Compra do Ativo Intangível	(30.044,34)	(14.977,97)
 Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	(180.104,71)	(430.490,59)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(14.630.342,86)	7.840.732,10
3 - VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(14.630.342,86)	7.840.732,09
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	31.357.060,09	23.516.328,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	16.726.717,23	31.357.060,09

DocuSigned by:

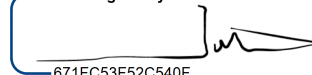

7D2551605576457...

MARCIO DE MIRANDA SANTOS

Diretor-Presidente

CPF 618.397.877-91

DocuSigned by:


671FC53F52C540F...

IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA

Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF

CPF: 768.155.871-34



CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - EM REAIS

Em 31 de dezembro de 2021
 CNPJ 04.724.690/0001-82

	(Déficit)/ Superávit Acumulados	(Déficit)/ Superávit do Exercício	RESERVAS Reserva Técnica	Total
SALDO EM 31/12/2019	6.398.117,75	22.742.397,48	9.921.555,62	39.062.070,85
incorporação do Superávit 2019	22.742.397,48	(22.742.397,48)		-
Redução da Reserva Técnica	6.288.665,68		(6.288.665,68)	-
Déficit do Exercício		(11.798.789,02)		(11.798.789,02)
SALDO EM 31/12/2020	35.429.180,91	(11.798.789,02)	3.632.889,94	27.263.281,83
incorporação do Superávit 2020	(11.798.789,02)	11.798.789,02		-
Redução da Reserva Técnica	2.182.889,94		(2.182.889,94)	-
Ajustes ao Resultado de Exercícios Anteriores	(960.787,85)			(960.787,85)
Superávit do Exercício		6.273.409,80		6.273.409,80
SALDO EM 31/12/2020	24.852.493,98	6.273.409,80	1.450.000,00	32.575.903,78

DocuSigned by:

7D2551605576457

MARCIO DE MIRANDA SANTOS

Diretor-Presidente
 CPF 618.397.877-91

DocuSigned by:

671FC53F52C540F...

IRIS MARY DUARTE CARDOSO VEIRA

Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
 CPF 768.155.871-34



CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

DEMONSTRAÇÃO DE SUPERÁVIT E DÉFICIT - EM REAIS

Em 31 de dezembro de 2021

CNPJ 04.724.690/0001-82

	Nota	2021	2020
(+) RECEITA BRUTA		45.853.361,43	27.825.921,45
COM RESTRIÇÃO			
Contrato de Gestão	15.a	35.384.403,00	17.099.695,00
Recuperação de Despesas/Ressarcimento		457.754,08	5.799,95
Contratos Administrativos - Serviços de Terceiros	15.b	10.011.204,35	10.720.426,50
(=) TOTAL RECEITA COM RESTRIÇÃO		45.853.361,43	27.825.921,45
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		(520.569,88)	(270.906,60)
ISS sobre Faturamento		(520.569,88)	(79.746,60)
Cancelamento de Notas Fiscais			(191.160,00)
(=) RECEITA LÍQUIDA		45.332.791,55	27.555.014,85
(-) DESPESAS OPERACIONAIS - CONTRATO DE GESTÃO	16	(28.328.521,85)	(25.649.474,72)
Despesas Gerais e Administrativas		(2.069.060,62)	(1.120.041,36)
Despesas com Pessoal e Encargos		(16.819.788,02)	(14.547.243,40)
Serviços de Terceiros		(6.920.240,05)	(7.422.062,80)
Alugueis e Arrendamentos		(1.978.919,96)	(1.773.660,47)
Impostos, Taxas e Multas Fiscais		(100.283,81)	(181.514,13)
Diárias		(31.795,21)	(58.820,00)
Passagens		(788,70)	(145.234,09)
Promoções e Eventos		(80.734,00)	(34.957,30)
Outras Despesas Operacionais		(36.324,71)	(36.257,32)
Depreciações e Amortizações		(290.586,77)	(329.683,85)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS - OUTROS CONTRATOS	16	(11.308.646,91)	(14.280.869,12)
Despesas Gerais e Administrativas		(369.915,12)	(949.725,88)
Despesas com Pessoal e Encargos		(5.080.164,96)	(5.151.241,60)
Serviços de Terceiros		(5.446.765,21)	(7.336.893,61)
Alugueis e Arrendamentos		(304.599,95)	(349.239,49)
Impostos, Taxas e Multas Fiscais		(8.474,05)	(6.559,00)
Diárias		(6.930,11)	(48.037,41)
Passagens		(50.523,98)	(55.982,59)
Promoções e Eventos		(35.045,00)	(79.194,70)
Outras Despesas Operacionais		(1.826,47)	(303.994,84)
Depreciações e Amortizações		(4.402,06)	-
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		5.695.622,79	-12.375.328,99
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO		577.787,01	576.539,97
Despesas Financeiras - Contrato de Gestão		(319.310,90)	(224.622,51)
Despesas Financeiras - Outros Contratos		(86.910,18)	(45.220,67)
Receitas Financeiras - Contrato de Gestão	15.c	772.156,91	690.488,26
Receitas Financeiras - Outros Contratos	15.c	211.851,18	155.894,89
DEFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	14	6.273.409,80	(11.798.789,02)

DocuSigned by:

MARCIO DE MIRANDA SANTOS
 Diretor Presidente
 CPF 618.397.877-91

DocuSigned by:

IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
 Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
 CPF 768.155.871-34

**CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(valores expressos em reais)****1. INFORMAÇÕES GERAIS**

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, qualificado como organização social pelo Decreto nº 4.078, de 09 de janeiro de 2002, com sede e foro em Brasília – DF, tem por finalidade a realização e a promoção de estudos e pesquisas prospectivas na área de ciência, tecnologia e inovação, bem como desenvolve atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos.

As atividades desenvolvidas pelo CGEE estão atreladas a metas e a prazos descritos no Contrato de Gestão, instrumento de parceria e fomento firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI, tendo como interveniente a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, em 16 de abril de 2002, renovado em 2010 por mais um ciclo de seis anos e atualmente prorrogado até 31 de dezembro de 2021. Na pactuação relativa ao 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão e aditivos seguintes, o Ministério da Educação - MEC foi adicionado como interveniente, tendo sido incluídos trabalhos voltados a sua área de atuação.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 – Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 – Resolução CFC 1.418/12, nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes no exercício de 2021 que forem aplicáveis a entidade e ainda com as disposições contidas no artigo 2º, alínea “i” da Lei 9.637/98.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de forma a evidenciar as características próprias de uma entidade sem finalidade de lucros, qualificada como Organização Social desde o início de suas atividades, em que o instrumento da relação entre o poder público é o “Contrato de Gestão”, o qual é elaborado com base no princípio



de fomento as atividades, conceito bem mais amplo que a ideia de subvenção ou de convênio e da pura e simples prestação de serviços. Todavia, os recursos financeiros recebidos continuam públicos, para finalidade pública, geridos por entidade privada.

Dentro desse conceito e atendendo ao dispositivo legal mencionado no primeiro parágrafo. O Centro apresenta suas demonstrações contábeis respeitando o princípio contábil da competência, considerando as receitas e despesas incorridas no exercício. Tendo como particularidade operacional a previsão de receitas, oriundas dos órgãos fomentadores, por meio de Termos Aditivos ao Contrato de Gestão. Estes instrumentos contratuais, historicamente, são assinados no final do exercício, mas referem-se a orçamento retroativo ao primeiro dia do ano. Esse lapso temporal provoca antecipação de gastos com previsão incerta de receitas visto que, as dotações orçamentárias podem sofrer variação no curso do exercício, por mais que haja previsão na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Diante desse cenário o registro de despesas em contrapartida a uma conta ATIVA ou a uma conta PASSIVA fica prejudicado, pois não se identifica, claramente, na operação do CGEE adiantamento de recursos para registro de uma contrapartida PASSIVA e por outro lado, se for realizado o registro de uma conta ATIVA há o risco de não realização pelo grau de incerteza no recebimento.

Nesse sentido, as normas contábeis são aplicadas no CGEE observando o seu contexto operacional de forma que reflita a sua realidade fática.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS E DIRETRIZES CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalente de caixa

Referem-se a saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos em base “pro rata temporis” até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

3.2 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração do CGEE use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável de ativos (quando aplicável) provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, e o cálculo das depreciações dos bens do ativo imobilizado. A liquidação das transações



envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. O CGEE revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

3.3 Instrumentos financeiros

O CGEE tem os seguintes instrumentos financeiros: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e recebíveis.

- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado no momento do reconhecimento inicial e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

- Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo, abrangem clientes e outros créditos a receber.

O CGEE não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos na gestão de seus recursos financeiros.

3.4 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.



3.5 Ativos intangíveis

Correspondem a bens intangíveis adquiridos pelo CGEE e que têm vidas úteis finitas, sendo mensurados pelos custos deduzidos da amortização acumulada.

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

3.6 Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, quando o CGEE tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, em que o provável recurso econômico será exigido para liquidar a obrigação.

3.7 Apuração dos resultados

O Centro adota o regime de competência para o registro de suas receitas e despesas com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 – Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 – Resolução CFC 1.418/12 e ainda nas disposições contidas nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes no exercício de 2021 que forem aplicáveis a entidade.

3.8 Receita operacional – Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data da apresentação das demonstrações contábeis.

3.9 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com multas, taxas bancárias e outras despesas vinculadas às aplicações financeiras mantidas pela Entidade.



4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimentos à vista, ou até o vencimento contratado.

	2021	2020
Bancos/Caixa – Recursos com restrição - Contrato Administrativo	15.464,45	1.900,78
Bancos/Caixa – Recursos com restrição - Contrato de Gestão	3.003.000,00	3.133,19
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos com restrição – Contratos de Gestão	11.067.390,08	25.789.211,86
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos com Restrição – Contratos Administrativos	2.640.862,70	5.562.814,26
Total	16.726.717,23	31.357.060,09

5. CLIENTES A RECEBER

Essa conta registra o valor a receber em 2021 no montante de R\$ 24.071.545,00, distribuído da seguinte forma:

- Ministério da Educação – MEC relativo ao 29º Termo Aditivo no valor de R\$ 2.330.391,00 ;
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI relativo a parte do 27º (R\$ 600.000,00) , parte do 28º (11.053.000,00) e R\$ 10.088.154,00 referente ao 31º Termo Aditivo.

6. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Em razão dos contratos firmados com cláusulas específicas, entre outros, esse grupo contábil registra os adiantamentos realizados aos fornecedores no montante de R\$ 495.344,49 (R\$ 491.463,18 – 2020).

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Na análise dos indicadores internos e externos não foram identificados motivos que levassem a Administração do CGEE a apurar e conseqüentemente registrar eventual perda do valor recuperável dos bens do seu ativo imobilizado (*impairment*).



O imobilizado e o intangível guardam a seguinte composição:

Descrição	Taxas de Depreciação	2021	2020
Imobilizado			
Equipamento de Informática	20%	2.354.091,17	2.256.715,38
Instalações	10%	563.602,18	563.602,18
Máquinas e Equipamentos de Escritório	10%	104.994,75	60.553,45
Móveis e Utensílios	10%	654.001,02	654.001,02
Equipamentos de Audiovisual	20%	312.414,41	305.070,13
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	24%	318.812,24	318.812,24
(-) Depreciações		(3.567.945,84)	(3.290.906,60)
Subtotal do Imobilizado		739.969,93	867.847,80
Intangível			
Sistemas Aplicativos – Software	20%-100%	1.093.707,46	1.063.663,12
(-) Amortizações		(1.076.378,31)	(1.059.965,22)
Subtotal do Intangível		17.329,15	3.697,90
Total do Imobilizado e Intangível		757.299,08	871.545,70

8. FORNECEDORES A PAGAR

O saldo provisionado relativo a fornecedores de bens e serviços faturados em 2021 corresponde a R\$ 575.210,29 (R\$ 1.090.452,82 - 2020).

9. PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

Em razão das obrigações trabalhistas oriundas das contratações de funcionários para os quadros do CGEE mantem-se em 2021 uma provisão para férias e encargos sociais no montante de R\$ 1.736.551,83 (R\$ 1.605.778,62 - 2020).

10. PROVISÃO CONTRATOS DE BENS E SERVIÇOS

Para os contratos firmados no período de vigência até 2021, em que os contratados estão em processo de execução do serviço (produto) e não há fatos que emanem



suspeitas ou incertezas do descumprimento de prazos ou entrega dos produtos previstos e ainda com base em uma estimativa confiável do montante da obrigação estabelecida em cláusula contratual e diante da provável saída de recursos para liquidar tal obrigação, foi apropriado em 2021 o valor correspondente a R\$ 2.888.897,71 a título de provisão (R\$ 4.219.254,88 – 2020).

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2021	2020
Créditos a Compensar	57.056,86	58.256,76
Totais	57.056,86	58.256,76

- a) **Créditos a compensar/Desconto em folha** – Valores relativos a descontos realizados em folha de pagamento para garantir o contrato de empréstimos consignado dos funcionários que ainda não foram debitados na conta corrente do CGEE, entre outros.

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

No ano de 2021 foram apropriadas despesas relativas provisão a título de Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre rendimentos de aplicação financeira e o saldo acumulado até 2021 corresponde a R\$ 224.323,22. Adicionalmente foi provisionado o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS referente a Recursos oriundos do exterior (PNUMA) no total acumulado até 2021 de R\$ 1.456.763,45.

13. PARCELAMENTOS FISCAIS

No ano de 2021 foram realizados dois parcelamentos fiscais relativos aos processos que tramitavam junto a Receita Federal do Brasil - RFB de nºs 10166.722724/2011-30 e 10166.722722/2011-41, resultantes do auto de infração-AI, proveniente do Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) nº 01.1.01.00.2010-01041-3 emitido em 10/12/2010 compreendendo o período fiscalizado de janeiro/2007 a dezembro/2008 e referem-se a multas pela falta de retenção do IRRF (DIÁRIAS) e de cumprimento de obrigações acessórias, ausência de recolhimento de obrigações relativas a contribuições previdenciárias da rubrica paga a título de “DIÁRIAS” e “AUXÍLIO MORADIA”. O saldo devedor em 2021 corresponde a R\$ 1.680.045,17

DocuSigned by:

 671FC53F52C540F...



14. PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO

O patrimônio social líquido é formado pelo acúmulo dos superávits e déficits apurados em função das atividades operacionais executadas pelo CGEE. Essa conta registra o resultado operacional do Contrato de Gestão e dos contratos administrativos.

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, considerando a “essência” nos registros dos atos e fatos contábeis das suas operações optou por continuar mantendo o registro operacional do Contrato de Gestão e dos Contratos Administrativos no resultado da Instituição (patrimônio líquido) e não em conta passiva por tipo de contrato, por entender que o CGEE opera desde o início de suas atividades como associação qualificada como Organização Social - OS subordinada a aplicação da Lei 9.637/98 e que numa possível desqualificação ou extinção da instituição todo o seu patrimônio será revertido aos órgãos fomentadores independentemente da forma de registro contábil, note-se que a apuração do resultado operacional por meio da Demonstração de Resultado do Exercício – DRE é apresentada separando os saldos por tipo de Contrato. Sendo assim, entende-se que todo o patrimônio do Centro é passível da restrição legal e não apenas a “possível” restrição contratual. Dessa forma, o patrimônio poderá ser gerido pela instituição em sua totalidade, no entanto, em uma possível desqualificação/extinção, este deverá ser revertido para os entes fomentadores ou instituição semelhante.

a) Déficit/Superávit – O resultado operacional do Centro em 2021 foi positivo, resultando em um Superávit de 6.273.409,80 (R\$ 11.798.789,02 –Déficit 2020).

b) Reserva Técnica - O saldo da reserva Técnica para o ano de 2021 é de R\$ 1.450.000,00 (R\$ 3.632.889,94 - 2020).

15. RECEITAS

a) Contrato de Gestão - O CGEE registrou no exercício de 2021 uma receita de fomento vinculada ao Contrato de Gestão no valor de R\$ 35.384.403,00 (R\$ 17.099.695,00 – 2020).

b) Contratos Administrativos - A receita registrada no ano de 2021 dos contratos administrativos corresponde a R\$ 10.011.204,35 (R\$ 10.720.426,50 – 2020). Demonstrados no quadro a seguir:

QUADRO DE RECEITAS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Contratantes	2021	2020
Adam Smith International	652.600,00	
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	0,00	669.060,00
CTEx – Centro Tecnológico do Exército	0,00	451.075,85
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	549.604,35	665.956,18
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente	8.809.000,00	8.934.334,47
Totais	10.011.204,35	10.720.426,50

- c) **Receitas Financeiras** - O CGEE obteve no exercício de 2021 uma receita financeira de R\$ 984.008,09 (R\$ 846.383,15 – 2020), conforme discriminação a seguir:

Aplicações Financeiras e Outras Receitas	Contrato de Gestão	Outros Recursos
Rendimentos de Aplicações Financeiras	768.657,59	211.851,18
Descontos Obtidos	3.499,32	0,00
Totais	772.156,91	211.851,18
Total Geral	984.008,09	

16. DESPESAS

As despesas incorridas no exercício pelo CGEE corresponderam ao montante de R\$ 40.043.389,84 (R\$ 40.200.187,02 - 2020), sendo R\$ 28.647.832,72 (R\$ 25.874.097,23 – 2020) de recursos oriundos do Contrato de Gestão e R\$ 11.395.557,09 (R\$ 14.326.089,79 – 2020) amparados por receitas advindas de Contratos Administrativos.

17. EVENTO SUBSEQUENTE

COVID-19 – A rápida e repentina propagação da epidemia do Coronavírus está causando a paralisação de vários setores produtivos e comerciais no Brasil, além de confinar pessoas e fragilizar a economia mundial. Entre os diversos riscos e incertezas aos quais o CGEE está sujeito, aguarda-se medidas econômico-fiscais que visem assegurar o cumprimento e sequência de seus objetivos Sociais e Estatutários.



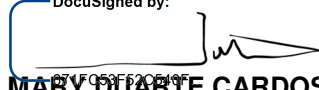
18. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) **Seguros** – O CGEE mantém apólice de seguros em valor suficiente para cobrir eventuais sinistros com os bens do seu ativo imobilizado.
- b) **Compromissos e créditos futuros** – O CGEE mantém contratos firmados com seus fornecedores de serviços e materiais no montante de R\$ 10.020.989,18 de contratos firmados com seus clientes no valor de R\$ 54.941.750,21 que não configura no resultado do exercício em 2021, podendo ou não se realizar em exercícios subsequentes.
- c) **Normas e procedimentos internos** - Em procedimento de auditoria externa realizado no período foi detectado que o fornecedor contratado pelo CGEE para a prestação de serviços terceirizados de mão de obra relativos a: copeiragem, recepção e garçonaria. Apresentou documentos fiscais em desacordo com a legislação vigente. Diante desse fato, o Centro iniciou um processo de apuração das responsabilidades e possíveis impactos.

Brasília, 31 de dezembro de 2021.

DocuSigned by:

MARCIO DE MIRANDA SANTOS
Diretor-Presidente
CPF 618.397.877-91

DocuSigned by:

IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
CPF: 768.155.871-34

Demonstrações contábeis

**Centro de Gestão e Estudos
Estratégicos – CGEE**

31 de dezembro de 2021

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as
Demonstrações contábeis

Demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado do período

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração do fluxo de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos
Administradores e Conselheiros do
Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE
Brasília – DF

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE – “Entidade”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos que podem decorrer do assunto mencionado na seção a seguir, intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião com ressalva

Não adoção integral das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos - Resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002 (R1)- Entidade sem finalidade de lucros).

De acordo com a nota explicativa 2, a Entidade adotou parcialmente a Resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros) na elaboração das suas demonstrações contábeis. Ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes decorrentes da aplicação integral da Resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002 (R1)) sobre as demonstrações contábeis apresentadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 12 de fevereiro de 2021, sem ressalva.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)), que regulamenta a contabilidade das entidades sem finalidade de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília - DF, 10 de fevereiro de 2022.

MRP AUDITORIA & CONSULTORIA S/S
CRC DF-001326/O-4

Ricardo da Silva Farias Passos
Contador CRC DF-015504/O-2

Marcos de Oliveira Pereira
Contador CRC DF-027109/O



CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

BALANÇO PATRIMONIAL - EM REAIS

Em 31 de dezembro de 2021

CNPJ 04.724.690/0001-82

ATIVO				PASSIVO			
	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
CIRCULANTE		41.505.017,77	36.400.577,43	CIRCULANTE		6.325.281,23	7.950.712,15
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	16.726.717,23	31.357.060,09	Encargos Sociais a Recolher		472.861,42	567.683,15
Bancos/caixa - com Restrição		3.018.464,45	5.033,97	Encargos Tributários a Recolher		447.922,51	409.285,92
Aplicações Financeiras- com Restrição		13.708.252,78	31.352.026,12	Fornecedores	8	575.210,29	1.090.452,82
				Provisão para Férias e Encargos	9	1.736.551,83	1.605.778,62
OUTROS VALORES A RECEBER		24.778.300,54	5.043.517,34	Provisão Contratos de Serviços	10	2.888.897,71	4.219.254,88
Clientes	5	24.071.545,00	4.399.695,00	Outras contas a pagar	11	203.837,47	58.256,76
Adiantamento a Fornecedores	6	495.344,49	491.463,18	NÃO CIRCULANTE		3.361.131,84	2.058.129,15
Caução contrato - CTEX		0,00	8.087,78	PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS		3.361.131,84	2.058.129,15
Impostos a Recuperar		3.965,78	0,00	Provisão para Riscos Fiscais	12	1.681.086,67	2.058.129,15
Adiantamento de férias		136.335,22	119.875,40	Parcelamentos Fiscais	13	1.680.045,17	
Outros Créditos		26.332,96	1.493,10				
Despesas Diferidas		44.777,09	22.902,88				
NÃO CIRCULANTE		757.299,08	871.545,70	PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO	14	32.575.903,78	27.263.281,83
IMOBILIZADO	7	739.969,93	867.847,80	RESERVAS		1.450.000,00	3.632.889,94
Bens Próprios com Restrição		4.307.915,77	4.158.754,40	Reserva Técnica - com Restrição		1.450.000,00	3.632.889,94
(-) Depreciações Acumuladas		(3.567.945,84)	(3.290.906,60)				
INTANGÍVEL	7	17.329,15	3.697,90	SUPERÁVIT ACUMULADOS		31.125.903,78	23.630.391,89
Sistemas Aplicativos-Software-com Restrição		1.093.707,46	1.063.663,12	Superávit/Déficit Acumulados-com restrição		24.852.493,98	35.429.180,91
(-) Amortizações Acumuladas		(1.076.378,31)	(1.059.965,22)	Déficit/Superávit do Exercício-com restrição		6.273.409,80	(11.798.789,02)
TOTAL DO ATIVO		42.262.316,85	37.272.123,13	TOTAL DO PASSIVO		42.262.316,85	37.272.123,13

DocuSigned by:

7D2551605576457...

MARCIO DE MIRANDA SANTOS

Diretor-Presidente
CPF 618.397.877-91

DocuSigned by:

671FC53F52C540F...

IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA

Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
CPF 768.155.871-34



CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

DEMONSTRAÇÃO DE SUPERÁVIT E DÉFICIT - EM REAIS

Em 31 de dezembro de 2021

CNPJ 04.724.690/0001-82

	Nota	2021	2020
(+) RECEITA BRUTA		45.853.361,43	27.825.921,45
COM RESTRIÇÃO			
Contrato de Gestão	15.a	35.384.403,00	17.099.695,00
Recuperação de Despesas/Ressarcimento		457.754,08	5.799,95
Contratos Administrativos - Serviços de Terceiros	15.b	10.011.204,35	10.720.426,50
(=) TOTAL RECEITA COM RESTRIÇÃO		45.853.361,43	27.825.921,45
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		(520.569,88)	(270.906,60)
ISS sobre Faturamento		(520.569,88)	(79.746,60)
Cancelamento de Notas Fiscais			(191.160,00)
(=) RECEITA LÍQUIDA		45.332.791,55	27.555.014,85
(-) DESPESAS OPERACIONAIS - CONTRATO DE GESTÃO	16	(28.328.521,85)	(25.649.474,72)
Despesas Gerais e Administrativas		(2.069.060,62)	(1.120.041,36)
Despesas com Pessoal e Encargos		(16.819.788,02)	(14.547.243,40)
Serviços de Terceiros		(6.920.240,05)	(7.422.062,80)
Alugueis e Arrendamentos		(1.978.919,96)	(1.773.660,47)
Impostos, Taxas e Multas Fiscais		(100.283,81)	(181.514,13)
Diárias		(31.795,21)	(58.820,00)
Passagens		(788,70)	(145.234,09)
Promoções e Eventos		(80.734,00)	(34.957,30)
Outras Despesas Operacionais		(36.324,71)	(36.257,32)
Depreciações e Amortizações		(290.586,77)	(329.683,85)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS - OUTROS CONTRATOS	16	(11.308.646,91)	(14.280.869,12)
Despesas Gerais e Administrativas		(369.915,12)	(949.725,88)
Despesas com Pessoal e Encargos		(5.080.164,96)	(5.151.241,60)
Serviços de Terceiros		(5.446.765,21)	(7.336.893,61)
Alugueis e Arrendamentos		(304.599,95)	(349.239,49)
Impostos, Taxas e Multas Fiscais		(8.474,05)	(6.559,00)
Diárias		(6.930,11)	(48.037,41)
Passagens		(50.523,98)	(55.982,59)
Promoções e Eventos		(35.045,00)	(79.194,70)
Outras Despesas Operacionais		(1.826,47)	(303.994,84)
Depreciações e Amortizações		(4.402,06)	-
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		5.695.622,79	-12.375.328,99
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO		577.787,01	576.539,97
Despesas Financeiras - Contrato de Gestão		(319.310,90)	(224.622,51)
Despesas Financeiras - Outros Contratos		(86.910,18)	(45.220,67)
Receitas Financeiras - Contrato de Gestão	15.c	772.156,91	690.488,26
Receitas Financeiras - Outros Contratos	15.c	211.851,18	155.894,89
DEFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	14	6.273.409,80	(11.798.789,02)

DocuSigned by:

MARCIO DE MIRANDA SANTOS
 Diretor Presidente
 CPF 618.397.877-91

DocuSigned by:

IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
 Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
 CPF 768.155.871-34



CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - EM REAIS

Em 31 de dezembro de 2021
 CNPJ 04.724.690/0001-82

	(Déficit)/ Superávit Acumulados	(Déficit)/ Superávit do Exercício	RESERVAS Reserva Técnica	Total
SALDO EM 31/12/2019	6.398.117,75	22.742.397,48	9.921.555,62	39.062.070,85
incorporação do Superávit 2019	22.742.397,48	(22.742.397,48)		-
Redução da Reserva Técnica	6.288.665,68		(6.288.665,68)	-
Déficit do Exercício		(11.798.789,02)		(11.798.789,02)
SALDO EM 31/12/2020	35.429.180,91	(11.798.789,02)	3.632.889,94	27.263.281,83
incorporação do Superávit 2020	(11.798.789,02)	11.798.789,02		-
Redução da Reserva Técnica	2.182.889,94		(2.182.889,94)	-
Ajustes ao Resultado de Exercícios Anteriores	(960.787,85)			(960.787,85)
Superávit do Exercício		6.273.409,80		6.273.409,80
SALDO EM 31/12/2020	24.852.493,98	6.273.409,80	1.450.000,00	32.575.903,78

DocuSigned by:

MARCIO DE MIRANDA SANTOS

Diretor-Presidente
 CPF 618.397.877-91

DocuSigned by:

IRIS MARY DUARTE CARDOSO VEIRA

Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
 CPF 768.155.871-34



CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

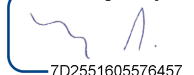
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EM REAIS

Em 31 de dezembro de 2021

CNPJ 04.724.690/0001-82

1 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2021	2020
(-/+) Superávit/Déficit líquido do exercício	6.273.409,80	(11.798.789,02)
Ajustes por:		
(+) Depreciação e amortização	294.988,83	329.683,85
(+) Perdas por baixa de bens inservíveis	-	303.694,84
(+) Provisão para contingências Fiscais	1.303.002,69	113.343,90
(-) Ajuste de Exercícios anteriores	(960.787,85)	-
(-) Baixa de bens depreciados	(637,50)	-
 Variação nos saldos dos ativos:		
(+/-) Redução/(Aumento) em clientes	(19.671.850,00)	16.750.305,00
(+/-) Redução/(Aumento) em adiantamentos	(3.881,31)	(27.803,37)
(+/-) Redução/(Aumento) em outras contas ativas	(59.051,89)	(21.338,57)
 Variação nos saldos dos passivos:		
(+/-) Aumento/(Redução) nos encargos sociais e tributários	(56.185,14)	346.605,40
(+/-) Aumento/(Redução) em fornecedores	(515.242,53)	400.277,42
(+/-) Aumento/(Redução) nas provisões trabalhistas	130.773,21	289.377,89
(+/-) Aumento/(Redução) em Provisões Contratos de Serviços	(1.330.357,17)	2.728.390,87
(+/-) Aumento/(Redução) em adiantamento de Terceiros	-	(1.133.737,57)
(+/-) Aumento/(Redução) em outras contas a pagar/Compensar	145.580,71	(8.787,95)
 Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(14.450.238,15)	8.271.222,69
2 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	2021	2020
(-) Compra do Ativo Imobilizado	(150.060,37)	(415.512,62)
(-) Compra do Ativo Intangível	(30.044,34)	(14.977,97)
 Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	(180.104,71)	(430.490,59)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(14.630.342,86)	7.840.732,10
3 - VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(14.630.342,86)	7.840.732,09
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	31.357.060,09	23.516.328,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	16.726.717,23	31.357.060,09

DocuSigned by:

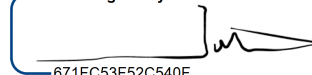

7D2551605576457...

MARCIO DE MIRANDA SANTOS

Diretor-Presidente

CPF 618.397.877-91

DocuSigned by:


671FC53F52C540F...

IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA

Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF

CPF: 768.155.871-34

**CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(valores expressos em reais)****1. INFORMAÇÕES GERAIS**

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, qualificado como organização social pelo Decreto nº 4.078, de 09 de janeiro de 2002, com sede e foro em Brasília – DF, tem por finalidade a realização e a promoção de estudos e pesquisas prospectivas na área de ciência, tecnologia e inovação, bem como desenvolve atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos.

As atividades desenvolvidas pelo CGEE estão atreladas a metas e a prazos descritos no Contrato de Gestão, instrumento de parceria e fomento firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI, tendo como interveniente a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, em 16 de abril de 2002, renovado em 2010 por mais um ciclo de seis anos e atualmente prorrogado até 31 de dezembro de 2021. Na pactuação relativa ao 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão e aditivos seguintes, o Ministério da Educação - MEC foi adicionado como interveniente, tendo sido incluídos trabalhos voltados a sua área de atuação.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 – Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 – Resolução CFC 1.418/12, nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes no exercício de 2021 que forem aplicáveis a entidade e ainda com as disposições contidas no artigo 2º, alínea “i” da Lei 9.637/98.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de forma a evidenciar as características próprias de uma entidade sem finalidade de lucros, qualificada como Organização Social desde o início de suas atividades, em que o instrumento da relação entre o poder público é o “Contrato de Gestão”, o qual é elaborado com base no princípio



de fomento as atividades, conceito bem mais amplo que a ideia de subvenção ou de convênio e da pura e simples prestação de serviços. Todavia, os recursos financeiros recebidos continuam públicos, para finalidade pública, geridos por entidade privada.

Dentro desse conceito e atendendo ao dispositivo legal mencionado no primeiro parágrafo. O Centro apresenta suas demonstrações contábeis respeitando o princípio contábil da competência, considerando as receitas e despesas incorridas no exercício. Tendo como particularidade operacional a previsão de receitas, oriundas dos órgãos fomentadores, por meio de Termos Aditivos ao Contrato de Gestão. Estes instrumentos contratuais, historicamente, são assinados no final do exercício, mas referem-se a orçamento retroativo ao primeiro dia do ano. Esse lapso temporal provoca antecipação de gastos com previsão incerta de receitas visto que, as dotações orçamentárias podem sofrer variação no curso do exercício, por mais que haja previsão na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Diante desse cenário o registro de despesas em contrapartida a uma conta ATIVA ou a uma conta PASSIVA fica prejudicado, pois não se identifica, claramente, na operação do CGEE adiantamento de recursos para registro de uma contrapartida PASSIVA e por outro lado, se for realizado o registro de uma conta ATIVA há o risco de não realização pelo grau de incerteza no recebimento.

Nesse sentido, as normas contábeis são aplicadas no CGEE observando o seu contexto operacional de forma que reflita a sua realidade fática.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS E DIRETRIZES CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalente de caixa

Referem-se a saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos em base “pro rata temporis” até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

3.2 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração do CGEE use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável de ativos (quando aplicável) provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, e o cálculo das depreciações dos bens do ativo imobilizado. A liquidação das transações



envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. O CGEE revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

3.3 Instrumentos financeiros

O CGEE tem os seguintes instrumentos financeiros: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e recebíveis.

- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado no momento do reconhecimento inicial e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

- Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo, abrangem clientes e outros créditos a receber.

O CGEE não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos na gestão de seus recursos financeiros.

3.4 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.



3.5 Ativos intangíveis

Correspondem a bens intangíveis adquiridos pelo CGEE e que têm vidas úteis finitas, sendo mensurados pelos custos deduzidos da amortização acumulada.

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

3.6 Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, quando o CGEE tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, em que o provável recurso econômico será exigido para liquidar a obrigação.

3.7 Apuração dos resultados

O Centro adota o regime de competência para o registro de suas receitas e despesas com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 – Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 – Resolução CFC 1.418/12 e ainda nas disposições contidas nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes no exercício de 2021 que forem aplicáveis a entidade.

3.8 Receita operacional – Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data da apresentação das demonstrações contábeis.

3.9 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com multas, taxas bancárias e outras despesas vinculadas às aplicações financeiras mantidas pela Entidade.



4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimentos à vista, ou até o vencimento contratado.

	2021	2020
Bancos/Caixa – Recursos com restrição - Contrato Administrativo	15.464,45	1.900,78
Bancos/Caixa – Recursos com restrição - Contrato de Gestão	3.003.000,00	3.133,19
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos com restrição – Contratos de Gestão	11.067.390,08	25.789.211,86
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos com Restrição – Contratos Administrativos	2.640.862,70	5.562.814,26
Total	16.726.717,23	31.357.060,09

5. CLIENTES A RECEBER

Essa conta registra o valor a receber em 2021 no montante de R\$ 24.071.545,00, distribuído da seguinte forma:

- Ministério da Educação – MEC relativo ao 29º Termo Aditivo no valor de R\$ 2.330.391,00 ;
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI relativo a parte do 27º (R\$ 600.000,00) , parte do 28º (11.053.000,00) e R\$ 10.088.154,00 referente ao 31º Termo Aditivo.

6. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Em razão dos contratos firmados com cláusulas específicas, entre outros, esse grupo contábil registra os adiantamentos realizados aos fornecedores no montante de R\$ 495.344,49 (R\$ 491.463,18 – 2020).

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Na análise dos indicadores internos e externos não foram identificados motivos que levassem a Administração do CGEE a apurar e consequentemente registrar eventual perda do valor recuperável dos bens do seu ativo imobilizado (*impairment*).



O imobilizado e o intangível guardam a seguinte composição:

Descrição	Taxas de Depreciação	2021	2020
Imobilizado			
Equipamento de Informática	20%	2.354.091,17	2.256.715,38
Instalações	10%	563.602,18	563.602,18
Máquinas e Equipamentos de Escritório	10%	104.994,75	60.553,45
Móveis e Utensílios	10%	654.001,02	654.001,02
Equipamentos de Audiovisual	20%	312.414,41	305.070,13
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	24%	318.812,24	318.812,24
(-) Depreciações		(3.567.945,84)	(3.290.906,60)
Subtotal do Imobilizado		739.969,93	867.847,80
Intangível			
Sistemas Aplicativos – Software	20%-100%	1.093.707,46	1.063.663,12
(-) Amortizações		(1.076.378,31)	(1.059.965,22)
Subtotal do Intangível		17.329,15	3.697,90
Total do Imobilizado e Intangível		757.299,08	871.545,70

8. FORNECEDORES A PAGAR

O saldo provisionado relativo a fornecedores de bens e serviços faturados em 2021 corresponde a R\$ 575.210,29 (R\$ 1.090.452,82 - 2020).

9. PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

Em razão das obrigações trabalhistas oriundas das contratações de funcionários para os quadros do CGEE mantem-se em 2021 uma provisão para férias e encargos sociais no montante de R\$ 1.736.551,83 (R\$ 1.605.778,62 - 2020).

10. PROVISÃO CONTRATOS DE BENS E SERVIÇOS

Para os contratos firmados no período de vigência até 2021, em que os contratados estão em processo de execução do serviço (produto) e não há fatos que emanem



suspeitas ou incertezas do descumprimento de prazos ou entrega dos produtos previstos e ainda com base em uma estimativa confiável do montante da obrigação estabelecida em cláusula contratual e diante da provável saída de recursos para liquidar tal obrigação, foi apropriado em 2021 o valor correspondente a R\$ 2.888.897,71 a título de provisão (R\$ 4.219.254,88 – 2020).

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2021	2020
Créditos a Compensar	57.056,86	58.256,76
Totais	57.056,86	58.256,76

- a) **Créditos a compensar/Desconto em folha** – Valores relativos a descontos realizados em folha de pagamento para garantir o contrato de empréstimos consignado dos funcionários que ainda não foram debitados na conta corrente do CGEE, entre outros.

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

No ano de 2021 foram apropriadas despesas relativas provisão a título de Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre rendimentos de aplicação financeira e o saldo acumulado até 2021 corresponde a R\$ 224.323,22. Adicionalmente foi provisionado o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS referente a Recursos oriundos do exterior (PNUMA) no total acumulado até 2021 de R\$ 1.456.763,45.

13. PARCELAMENTOS FISCAIS

No ano de 2021 foram realizados dois parcelamentos fiscais relativos aos processos que tramitavam junto a Receita Federal do Brasil - RFB de nºs 10166.722724/2011-30 e 10166.722722/2011-41, resultantes do auto de infração-AI, proveniente do Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) nº 01.1.01.00.2010-01041-3 emitido em 10/12/2010 compreendendo o período fiscalizado de janeiro/2007 a dezembro/2008 e referem-se a multas pela falta de retenção do IRRF (DIÁRIAS) e de cumprimento de obrigações acessórias, ausência de recolhimento de obrigações relativas a contribuições previdenciárias da rubrica paga a título de “DIÁRIAS” e “AUXÍLIO MORADIA”. O saldo devedor em 2021 corresponde a R\$ 1.680.045,17

DocuSigned by:

 671FC53F52C540F...

14. PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO

O patrimônio social líquido é formado pelo acúmulo dos superávits e déficits apurados em função das atividades operacionais executadas pelo CGEE. Essa conta registra o resultado operacional do Contrato de Gestão e dos contratos administrativos.

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, considerando a “essência” nos registros dos atos e fatos contábeis das suas operações optou por continuar mantendo o registro operacional do Contrato de Gestão e dos Contratos Administrativos no resultado da Instituição (patrimônio líquido) e não em conta passiva por tipo de contrato, por entender que o CGEE opera desde o início de suas atividades como associação qualificada como Organização Social - OS subordinada a aplicação da Lei 9.637/98 e que numa possível desqualificação ou extinção da instituição todo o seu patrimônio será revertido aos órgãos fomentadores independentemente da forma de registro contábil, note-se que a apuração do resultado operacional por meio da Demonstração de Resultado do Exercício – DRE é apresentada separando os saldos por tipo de Contrato. Sendo assim, entende-se que todo o patrimônio do Centro é passível da restrição legal e não apenas a “possível” restrição contratual. Dessa forma, o patrimônio poderá ser gerido pela instituição em sua totalidade, no entanto, em uma possível desqualificação/extinção, este deverá ser revertido para os entes fomentadores ou instituição semelhante.

a) Déficit/Superávit – O resultado operacional do Centro em 2021 foi positivo, resultando em um Superávit de 6.273.409,80 (R\$ 11.798.789,02 –Déficit 2020).

b) Reserva Técnica - O saldo da reserva Técnica para o ano de 2021 é de R\$ 1.450.000,00 (R\$ 3.632.889,94 - 2020).

15. RECEITAS

a) Contrato de Gestão - O CGEE registrou no exercício de 2021 uma receita de fomento vinculada ao Contrato de Gestão no valor de R\$ 35.384.403,00 (R\$ 17.099.695,00 – 2020).

b) Contratos Administrativos - A receita registrada no ano de 2021 dos contratos administrativos corresponde a R\$ 10.011.204,35 (R\$ 10.720.426,50 – 2020). Demonstrados no quadro a seguir:

QUADRO DE RECEITAS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Contratantes	2021	2020
Adam Smith International	652.600,00	
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	0,00	669.060,00
CTEx – Centro Tecnológico do Exército	0,00	451.075,85
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	549.604,35	665.956,18
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente	8.809.000,00	8.934.334,47
Totais	10.011.204,35	10.720.426,50

- c) **Receitas Financeiras** - O CGEE obteve no exercício de 2021 uma receita financeira de R\$ 984.008,09 (R\$ 846.383,15 – 2020), conforme discriminação a seguir:

Aplicações Financeiras e Outras Receitas	Contrato de Gestão	Outros Recursos
Rendimentos de Aplicações Financeiras	768.657,59	211.851,18
Descontos Obtidos	3.499,32	0,00
Totais	772.156,91	211.851,18
Total Geral	984.008,09	

16. DESPESAS

As despesas incorridas no exercício pelo CGEE corresponderam ao montante de R\$ 40.043.389,84 (R\$ 40.200.187,02 - 2020), sendo R\$ 28.647.832,72 (R\$ 25.874.097,23 – 2020) de recursos oriundos do Contrato de Gestão e R\$ 11.395.557,09 (R\$ 14.326.089,79 – 2020) amparados por receitas advindas de Contratos Administrativos.

17. EVENTO SUBSEQUENTE

COVID-19 – A rápida e repentina propagação da epidemia do Coronavírus está causando a paralisação de vários setores produtivos e comerciais no Brasil, além de confinar pessoas e fragilizar a economia mundial. Entre os diversos riscos e incertezas aos quais o CGEE está sujeito, aguarda-se medidas econômico-fiscais que visem assegurar o cumprimento e sequência de seus objetivos Sociais e Estatutários.



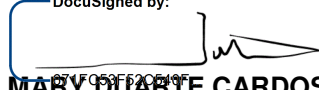
18. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) **Seguros** – O CGEE mantém apólice de seguros em valor suficiente para cobrir eventuais sinistros com os bens do seu ativo imobilizado.
- b) **Compromissos e créditos futuros** – O CGEE mantém contratos firmados com seus fornecedores de serviços e materiais no montante de R\$ 10.020.989,18 de contratos firmados com seus clientes no valor de R\$ 54.941.750,21 que não configura no resultado do exercício em 2021, podendo ou não se realizar em exercícios subsequentes.
- c) **Normas e procedimentos internos** - Em procedimento de auditoria externa realizado no período foi detectado que o fornecedor contratado pelo CGEE para a prestação de serviços terceirizados de mão de obra relativos a: copeiragem, recepção e garçonaria. Apresentou documentos fiscais em desacordo com a legislação vigente. Diante desse fato, o Centro iniciou um processo de apuração das responsabilidades e possíveis impactos.

Brasília, 31 de dezembro de 2021.

DocuSigned by:

MARCIO DE MIRANDA SANTOS
Diretor-Presidente
CPF 618.397.877-91

DocuSigned by:

IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
CPF: 768.155.871-34

**CONSELHO FISCAL****Sexagésima Sexta Reunião Ordinária**

Aos onze dias do mês de fevereiro de 2022, por meio de sala virtual (ferramenta RNP), foi realizada a sexagésima sexta reunião ordinária do Conselho Fiscal do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, convocada para apreciar as contas do quarto trimestre e as demonstrações contábeis do exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2021.

A reunião do Conselho Fiscal foi aberta, com a palavra Sr. Luiz Arnaldo, Diretor de Administração e Finanças do CGEE, que iniciou com as boas-vindas a todos, seguiu trazendo informações sobre a realização da segregação das contas do CGEE, por origem dos recursos financeiros, conforme tratado em reunião anterior deste Conselho. Comentou também sobre problema ocorrido com a empresa de serviços Office, relacionados a emissão de Nota Fiscal, que teve seu contrato rescindido com o CGEE e consequente contratação de nova empresa. Atualizou o Conselho não ter havido informações adicionais a respeito da solicitação de informação enviada ao CGEE, em atendimento a LAI, via sistema de comunicação com cidadão do MCTI(Fala.Br), tratada na última reunião deste Conselho. Informou também, que houve novo pedido de informações sobre contratação realizada pelo CGEE, cuja resposta foi encaminhada, via e-mail de 04/02/2022, para o MCTI (manifestação Fala.BR 9287976). Por fim o Diretor apresentou valores relacionados aos Termos Aditivos assinados com o MCTI e com MEC, da ordem R\$ 76.000.000,00 e terminou respondendo aos questionamentos levantados pelos conselheiros.

De posse do Balancete e demonstrativos do quarto trimestre e do Balanço Anual do exercício financeiro de 2021, da documentação complementar, do parecer dos auditores independentes e das informações gerenciais prestadas pelo Centro, o Colegiado, apresenta as seguintes considerações:

- a) Reiteramos a preocupação quanto ao fato de não ter havido, até esta data, as assinaturas do Contrato de Gestão para o ciclo 21/30 e do termo aditivo orçamentário previsto para o corrente ano com o MEC;
- b) Recomenda-se ao CGEE que acompanhe junto ao Ministério o cumprimento do repasse financeiro do FNDCT, no valor de R\$ 20.947.000,00, conforme registrado no 28º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão;
- c) Mantém-se a recomendação que a Diretoria e o Conselho de Administração atuem junto aos entes financiadores do Contrato de Gestão, MCTI e MEC, no intuito de que seja definido um valor de reserva técnica que atenda ao seu objetivo, observando os parâmetros estabelecidos no Contrato de Gestão, e que esse valor,



Onde o futuro está presente

além de constar dos registros contábeis, seja depositado financeiramente em conta bancária específica;

- d) Diante da constatação em carta resposta do escritório de advocacia para empresa de auditoria independente, relatando sobre processo judicial (ação trabalhista) em curso, recomenda-se o provisionamento contábil para eventual sentença desfavorável ao CGEE;
- e) Conforme apoio registrado na última reunião e diante da criação das contas bancárias segregadas por fonte e destinação dos recursos, recomendamos que sejam efetuadas as correspondentes transferências financeiras;
- f) Recomenda-se que o CGEE busque manifestação de consultoria contábil independente sobre o apontamento identificado no relatório da auditoria sobre o cumprimento integral da Resolução CFC 1409/12 (ITG 2002).

Após concluir a análise do Balancete e Demonstrativos do quarto trimestre e do Balanço Anual do exercício financeiro de 2021, este Colegiado emitiu o seguinte Parecer:

Parecer do Conselho Fiscal

Considerando a opinião dos Auditores Independentes em seu relatório de auditoria, bem como os esclarecimentos prestados pelo Diretor de Administração e Finanças e pela Coordenadora Financeira, os Membros do Colegiado são de opinião de que as demonstrações apresentadas pelo CGEE estão em condições de serem encaminhadas para apreciação e aprovação do Conselho de Administração.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, com assinatura da presente Ata.

Brasília, 11 de fevereiro de 2022.

DocuSigned by:
Luiz Horta
E300F309900747F

Luiz Alberto de Freitas Brandão Horta Barbosa
Presidente

DocuSigned by:
Laudir Francisco Schmitz
D87C315F9E440F

Laudir Francisco Schmitz
Conselheiro

DocuSigned by:
Eduardo Pereira
7F006F5A4E4F3

Eduardo Gomes Pereira
Conselheiro

DocuSigned by:
Izabella da Costa Leal
F7E0D0A39E124

Izabella Da Costa Leal
Conselheira